



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

GÉSSICA PINTO RODRIGUES

**REPRESENTAÇÕES SOBRE OS INDÍGENAS NO OESTE CATARINENSE POR
MEIO DA IMPRENSA ESCRITA NO SÉCULO XXI: ANÁLISE DO *JORNAL DIÁRIO
DO IGUAÇU***

CHAPECÓ

2018

GÉSSICA PINTO RODRIGUES

**REPRESENTAÇÕES SOBRE OS INDÍGENAS NO OESTE CATARINENSE POR
MEIO DA IMPRENSA ESCRITA NO SÉCULO XXI: ANÁLISE DO *JORNAL DIÁRIO
DO IGUAÇU***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção de aprovação na
disciplina Seminário de Trabalho de Conclusão
de Curso I do curso de História da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Post. Doc. Jaisson Teixeira Lino

CHAPECÓ

2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA
Rodovia SC - 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC CEP 89815-899, 2049-6426
historia.ch@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às dezenove horas, nas dependências do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História constituída pelos(as) professores(as): **Professor(a) Orientador(a) Dr. Jaisson Teixeira Lino, Professor(a) Avaliador(a) Me. Fábio Araújo, Professor(a) Avaliador(a) Me. Douglas Sartirio da Rocha.** O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História - Licenciatura – elaborado pelo(a) acadêmico(a) **GESSICA PINTO RODRIGUES** sob o título: *"Representações sobre os indígenas no oeste catarinense por meio da imprensa escrita no século XXI: Análise do Jornal Diário do Iguaçu"* obteve nota 10,0 sendo considerado APROVADO.

Chapecó - SC, 13 de dezembro de 2018.

Dr. Jaisson Teixeira Lino
Professor(a) Orientador(a)

Me. Fábio Araújo
Professor(a) Avaliador(a)

Me. Douglas Sartirio da Rocha
Professor(a) Avaliador(a)

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Rodrigues, Gêssica Pinto

Representações sobre os indígenas no oeste
catarinense no século XXI: análise do Jornal Diário do
Iguaçu / Gêssica Pinto Rodrigues. -- 2018.
80 f.:il.

Orientador: Dr. Jaisson Teixeira Lino.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de ,
Chapecó, SC , 2018.

1. Povos indígenas. 2. História e imprensa. 3.
Representações sobre os indígenas. 4. Disputa por terra.
I. Lino, Jaisson Teixeira, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Dedico este trabalho a todos que de alguma forma contribuem na luta para assegurar os direitos das populações indígenas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

O meu agradecimento primeiro designo a Deus, pois sem Ele nada disso seria possível. Obrigada Senhor pelo consolo no momento final desta pesquisa, no qual eu desisti de lutar e me recusei a seguir em frente. Me ergueste e renovaste as minhas forças para que a operária, filha de agricultores conseguisse realizar mais um sonho, talvez o maior de todos: a graduação. Tenho a plena certeza de que sem a fé o meu caminho é vazio de sentido.

Quero agradecer também aos meus pais. Nair e Everaldo Pinto, vocês são os maiores incentivadores desta graduação, sempre me guiaram pelo caminho da bondade e do amor. Pai, mãe, vocês sempre me ensinaram que a maior arma dos menos favorecidos economicamente é a educação. Obrigada por lutar incessantemente pelo nosso sustento e pela minha formação, vocês são os pilares mais firmes que eu poderia ter. Amo vocês. Do mesmo modo, meus irmãos e minhas sobrinhas são pérolas preciosas nesta caminhada. João, meu cunhado, muito obrigada por cuidar das nossas meninas.

Ao meu esposo, Rafael Rodrigues, o agradecimento mais que especial por me apoiar e estar comigo nesta fase tão conturbada da minha vida. Me desculpe pela ausência e por te deixar sozinho cuidando da nossa casa. Eu amo você. Aos familiares do meu esposo, agradeço pela compreensão e preocupação. Me desculpem a ausência nos almoços de domingo, quando precisei ficar em casa estudando.

Agradeço muito os apontamentos do meu orientador, Jaisson Teixeira Lino, que foi paciente e prestativo, principalmente nos momentos em que me perdi e não sabia mais o que fazer. A nossa caminhada se iniciou ainda em 2014, quando eu cursava Ciências Sociais e, por meio das tuas aulas, me senti confortável em pedir transferência para a História. Obrigada pelas orientações e puxões de orelha, que me incentivaram a fazer o melhor durante a pesquisa.

Meu muito obrigado ao Fábio Araújo e ao Douglas Sartirio da Rocha pela disponibilidade em avaliar o TCC. Agradeço ao Fábio pelas orientações prestadas no final do primeiro capítulo e ao Douglas por me enviar sua Dissertação de mestrado, que faz parte das referências desta pesquisa. Aproveito também para agradecer a Monique Gielda, minha professora de História do Ensino Médio, que nos ensinava de forma divertida e crítica. Obrigada pelo apoio e incentivo durante a graduação. Do mesmo modo, agradeço ao professor Renato Viana Boy, que com impecável organização e pontualidade me auxiliou imensamente na realização do Projeto de TCC e na parte inicial da pesquisa. Também sou grata ao professor Vicente Ribeiro das Neves por sua paciência e cordialidade durante a escrita da parte final do TCC.

Por último, quero enfatizar a importância dos bons amigos nos momentos de dificuldade. Graciely Mergen Moresco e Carmen Lúcia Somacal vocês são joias raras que o Senhor colocou em meu caminho. O apoio e amizade de vocês foi essencial nesta caminhada de sono e privações, na qual eu chorei e desanimei diversas vezes, mas ambas estiveram, em diferentes momentos, cuidando-me e amando-me. Agradeço também à Olda Gobbi, que me acompanhou e acalmou durante o curso. Me tornei uma pessoa melhor depois que te conheci. Carlos Eduardo Cardoso, obrigada por revisar a escrita da minha pesquisa e pelas conversas de corredor. Leliane Roman e Beatriz Trentin, vocês são amigas especiais, o cuidado e atenção de ambas me trazem força. Obrigada por me suportar nos dias difíceis.

O que está em causa, na realidade, é o modelo que o país deseja para si mesmo e o papel das populações indígenas nesse modelo. (CUNHA, 2012, p. 133)

RESUMO

O preconceito contra as populações indígenas, prática histórica que remete ao processo de colonização iniciado no século XVI, é frequentemente percebido na região oeste de Santa Catarina, seja na inferiorização das práticas culturais e dos modos de vida dos grupos indígenas, seja na definição da dicotomia trabalhador e preguiçoso, em que estes tem sua imagem associada ao ócio e ao atraso, enquanto os descendentes de europeus são retratados como indivíduos ligados ao labor e ao progresso. Essas concepções, em sua maioria, foram formuladas no seio das disputas entre indígenas e não indígenas da região, sobretudo nos litígios referentes à demarcação de terras tradicionais. Neste sentido, a pesquisa propõe a análise das publicações do *Jornal Diário do Iguaçu* que tratam dos indígenas no oeste catarinense, visando compreender quais são as representações que o periódico atribui a estes povos e quais as relações entre tais publicações e os conflitos sociais por eles vivenciados. Busca-se também ressaltar as contribuições dos periódicos enquanto fonte para a pesquisa histórica e para a produção de uma história contemporânea dos grupos indígenas em uma região específica.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito; Indígenas; *Jornal Diário do Iguaçu*; Representações.

RESUMEN

El prejuicio contra las poblaciones indígenas, práctica histórica que se refiere al proceso de colonización iniciado en el siglo XVI, es percibido frecuentemente en la región oeste de Santa Catarina, sea en la inferiorización de las prácticas culturales y de los modos de vida de los grupos indígenas, sea en la definición de la dicotomía trabajador y perezoso, en que éstos tienen su imagen asociada al ocio y al retraso, mientras que los descendientes de europeos son retratados como individuos ligados a la labor y al progreso. Esas concepciones, en su mayoría, fueron formuladas en el seno de las disputas entre indígenas y no indígenas de la región, sobre todo en los litigios referentes a la demarcación de tierras tradicionales. En este sentido, la investigación propone el análisis de las publicaciones del *Periódico Diário do Iguçu* que tratan de los indígenas en el oeste catarinense, buscando comprender cuáles son las representaciones que el periódico atribuye a estos pueblos y cuáles son las relaciones entre dichas publicaciones y los conflictos sociales por ellos vivenciados. Se busca también resaltar las contribuciones de los periódicos en cuanto fuente para la investigación histórica y para la producción de una historia contemporánea de los grupos indígenas en una región específica.

PALABRAS CLAVE: Prejuicio; Indígenas; *Periódico Diário do Iguçu*; Representaciones.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Charge de indígena e agricultor em Sede Trentin.....	44
Figura 2: Charge sobre a saúde dos indígenas.....	59
Figura 3: Charge sobre a presença indígena na região oeste de Santa Catarina.....	59
Figura 4: Charge sobre presença indígena em Chapecó.....	61

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.....	19
2. HISTÓRICO DOS POVOS INDÍGENAS NO OESTE DE SANTA CATARINA.....	19
2.1 Povoamento na região oeste de Santa Catarina	19
2.2 A expansão colonial nos Campos de Palmas.....	20
2.3 Os indígenas do oeste catarinense na atualidade e os conflitos pela recuperação de seus territórios tradicionais.....	24
CAPÍTULO II.....	33
3. HISTÓRIA E IMPRENSA: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS INDÍGENAS POR MEIO DO <i>JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU</i>	33
3.1 Breves considerações sobre a história da imprensa	33
3.2 Os periódicos na escrita da História	35
3.3 Análise das representações atribuídas aos indígenas nas publicações do <i>Jornal Diário do Iguaçu</i>	36
3.3.1 Dia do Índio.....	36
3.3.2 Crimes	39
3.3.3 Disputa por terras	40
3.3.3.1 Toldo Chimbanguê (Sede Trentin)	43
3.3.3.2 Toldo Imbu (Abelardo Luz)	46
3.3.3.3 Aldeia Condá (Praia Bonita)	48
3.3.3.4 Toldo Pinhal (Seara).....	50
3.3.3.5 Araçá'í (Cunha Porã e Saudades).....	52
3.3.4 Indígenas no espaço urbano	54
3.3.4.1 Crianças indígenas no espaço urbano	56
3.3.5 Estereótipo.....	58
3.3.6 Reivindicações indígenas	62
3.3.7 Inclusão indígena.....	63
3.3.8 Homenagem aos indígenas.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
BIBLIOGRAFIA.....	71
ANEXOS.....	74

1. INTRODUÇÃO

Tratados como “improdutivos” e “aculturados”¹, os indígenas se veem desrespeitados e discriminados não apenas pela sociedade e governantes, mas também pela veiculação de notícias jornalísticas, que por vezes acirram ainda mais os ânimos em meio aos conflitos estabelecidos entre este grupo e os não indígenas. São exemplos disso, a entrevista e a charge exibidas pelo *Jornal Diário do Iguaçu*², em 31 de janeiro de 2001, em que o então vereador Amarildo Sperandio de Bairros e o chargista Alex Carlos Tiburski dos Santos são acusados de prática discriminatória e preconceituosa contra os indígenas da aldeia Toldo Chimbanguê, localizada em Sede Trentin, interior do município de Chapecó, cenário de intensos conflitos por disputa de terras entre os Kaingang e os colonos.

Há que se ressaltar que estas publicações resultaram em processo movido pelo Ministério Público Federal contra o Jornal, o vereador e o chargista, em 2002. Entretanto, a ação judicial não mitiga os efeitos negativos que o preconceito causa às populações indígenas do oeste catarinense, pois estas convivem diariamente com manifestações de discriminação, sejam elas por indivíduos e instituições ou pela precariedade no acesso aos serviços básicos como saúde e educação.

O preconceito contra as populações indígenas é uma prática histórica, pois remonta à chegada dos europeus na América, quando o tratamento dos colonizadores frente aos povos nativos foi de inferiorização e ameaças, justificados pela ideia etnocêntrica de que estes povos não eram civilizados. Durante o processo de apropriação de terras por parte dos europeus, são estabelecidos governos, que também consideram os povos nativos inferiores e continuaram a incentivar o processo de dizimação dos indígenas e de seus traços culturais.

Com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, o príncipe regente, D. João VI, utiliza-se da divisão entre índios “mansos” e “arredios” para estabelecer a chamada guerra justa aos nativos de São Paulo e Minas Gerais. A carta régia de 13 de maio de 1808, decretada dois meses após a chegada da família real portuguesa ao Brasil, autorizava a escravização e o extermínio das populações indígenas que não aceitavam submeter-se ao domínio dos colonizadores. Para os colonos que aderissem ao Corpo de Soldados Pedestres

¹ “Aculturação” antrop. s.f. Adaptação de um indivíduo ou de um grupo a uma cultura diferente com a qual mantém contato direto e contínuo; acultramento. Michaelis On-line. Disponível em: <<http://www.michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/aculturação/>> Acesso em: dezembro de 2018.

² *Jornal Diário do Iguaçu*. Chapecó. 31 de janeiro, 2001. RedeComSC.

seriam distribuídos terrenos, bem como poderiam tornar os índios capturados prisioneiros de guerra por dez anos. (SPOSITO, 2011, p. 57).

A carta régia de 02 de dezembro de 1808 estabelecia, por sua vez, que as terras conquistadas seriam devolutas, mas reforçava a guerra empreendida contra os índios considerados inimigos da coroa, permitindo, nas regiões de Curitiba e Guarapuava e na estrada que ia da vila Faxina (Itapeva) à vila de Lages, Santa Catarina, aos moradores que capturassem algum indígena o tomar por escravo durante 15 anos, podendo utilizá-lo para o serviço que desejasse. (SPOSITO, 2011, p. 58).

Em 1831, sem muitos detalhes, são revogadas as cartas régias apenas nas partes que estabeleciam guerra justa e a consequente escravização contra os indígenas do Brasil. Os nativos que até aquele ano tinham sido escravos seriam libertados e levados ao juiz na condição de órfãos, ademais, como isso se efetivaria e as possíveis consequências não foram elencadas naquele momento.

No contexto de colonização da região oeste catarinense, o preconceito ocorre por diferentes matizes, seja na inferiorização das práticas culturais e dos modos de vida das etnias não europeias, seja na definição da dicotomia trabalhador e preguiçoso ou progresso e atraso. Tais concepções acabam acirrando os ânimos em meio aos conflitos entre indígenas e não indígenas da região, especialmente nos referentes à demarcação de terras tradicionais.

As noções pré-concebidas e a idealização de estereótipos no que tange à cultura indígena no oeste catarinense, impelem esta pesquisa na busca por analisar como um periódico específico da região os caracteriza, quais as relações entre as publicações que tratam desses povos e os conflitos sociais por eles vivenciados, assim como busca demonstrar as contribuições dos periódicos enquanto fonte para a pesquisa histórica e para a produção de uma história contemporânea dos grupos indígenas de uma região específica.

Para analisar as representações das populações indígenas por meio da imprensa escrita no oeste catarinense, durante o século XXI, tem-se como fonte o *Jornal Diário do Iguaçu*, sob o recorte das notícias e charges veiculadas entre 2001 e 2017, que tratam do grupo étnico supracitado, suas demandas, representações culturais, ações políticas e sociais, buscando fomentar maior discussão e interesse acerca das problemáticas relacionadas à imagem que se forma dessas populações nas publicações deste periódico.

O *Jornal Diário do Iguaçu*, criado em março de 1997, é um periódico com tiragem de 12.800 exemplares, que circulam em 84 municípios da região oeste de Santa Catarina. As publicações deste jornal abrangem, portanto, a maior parte da região estudada, que possui um

total de 118 municípios. O periódico em questão é o principal entre os cinco mantidos pelo grupo de telecomunicações denominado RedeComSC, que é presidido por Lenoires da Silva.

Segundo Mídia Kit publicado pelo jornal em seu *website*³, a RedeComSC é a segunda maior rede de mídia impressa de Santa Catarina, e tem como negócio facilitar as relações comerciais por meio da aproximação entre consumidores e anunciantes. Suas crenças e valores se baseiam no lucro das negociações como meio de expansão e permanência no mercado, deste modo, por meio de suas publicações buscam estabelecer relações sólidas com o público alvo: comerciantes e pessoas com maior poder aquisitivo, geralmente das elites locais, que consideram legítima a cultura do colonizador e inferiorizam grupos que possuem modos de vida diferenciados.

A coleta da fonte se realiza em três locais: as publicações que compreendem o período entre 2001 e 2006, são pesquisadas no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), entre 2006 e 2016 na Biblioteca Municipal Neiva Maria Andreatta Costella e as de 2017 no *website* do próprio *Jornal Diário do Iguçu*, que disponibiliza eletronicamente, desde fins de 2016, as versões diárias de suas notícias.

A abordagem da fonte se dá por meio da História Cultural, visando tratar das contribuições dos periódicos enquanto fontes históricas e analisar criticamente as notícias veiculadas por este periódico específico, em que são abordadas temáticas relacionadas aos indígenas do oeste catarinense, no século XXI.

O tratamento das informações faz-se por meio de uma abordagem analítica e qualitativa: analítica devido à análise das representações atribuídas aos povos indígenas pela imprensa escrita na região oeste de Santa Catarina e qualitativa por abordar determinadas matérias que possuem relação com o grupo étnico supracitado, entretanto, sem a pretensão de analisar todas as publicações que tratam dos indígenas no recorte temporal pesquisado. Faz-se, portanto, uma pesquisa documental e aplicada, que utiliza uma fonte constituída por material já elaborado.

A História Cultural, conforme define Peter Burke em sua obra *O que é História Cultural?* (2008), é uma disciplina que teve sua redescoberta nos anos 1970, consolidando-se, em seguida, no mundo acadêmico, desde então vem desfrutando de uma renovação e se apresentando enquanto alternativa às formas anteriores de estudar o passado, que usualmente se destacavam na fragmentação dos estudos em diversas especialidades, história de

³ *Jornal Diário do Iguçu*. Chapecó. 2016. RedeComSC. Disponível em: <<http://www.diariodoiguacu.com.br/static/img/files/midiakit.pdf>> Acesso em: maio de 2018.

população, mulheres, ideias e guerras, por exemplo, sem dar ênfase, entretanto, em “culturas” inteiras. Neste sentido, portanto, os historiadores que se embasam na História Cultural se caracterizam por centrarem seus interesses no simbólico e suas interpretações.

A pesquisa se fundamenta nos conceitos de cultura e representação propostos por Stuart Hall na obra *Cultura e representação* (2016), assim como segue a vertente antropológica do termo cultura, descrito por Roque de Barros Laraia em seu livro *Cultura: um conceito antropológico* (1986), como tudo que caracteriza o “modo de vida” de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social.

Segundo Laraia, a cultura acaba por condicionar a visão de mundo do homem e nos impele “[...] a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade” (1986, p. 67). Desse modo, a cultura indígena, seja ela Kaingang ou Guarani, é depreciada pela sociedade do oeste catarinense porque os modos de vida, o comportamento e as práticas culturais destes povos lhes são indesejadas ou inapropriadas por se distinguirem do que é aceito pela maioria.

Para o antropólogo, o meio cultural em que o homem foi socializado o define, pois ele herda conhecimentos e experiências acumulados desde muito tempo, que perpassaram de geração em geração. Neste sentido, os modos de vida dos oestinos e dos indígenas resultam das experiências adquiridas por eles por meio de seus antepassados, e refletir acerca de suas diferenças culturais na contemporaneidade contribui para a compreensão dos conflitos que se estabelecem entre índios e não-índios, assim como para a análise das representações que um periódico da região oeste catarinense atribui aos grupos étnicos diferentes da maior parte da população que aqui vive.

Stuart Hall, apesar de considerar válida a definição de cultura pelo viés antropológico, define-a, entretanto, por um viés que ele considera mais específico, pois acredita que são diversas as maneiras de precisá-la, podendo englobar “[...] 'o que de melhor foi pensado e dito' numa sociedade” (2016, p.19), delinear modos de vida ou revelar um conjunto de práticas que produz e intercambia sentidos.

Já a representação, ressalta o autor, se consolida enquanto uma das práticas centrais que produz a cultura. Neste contexto, cabe a linguagem associar cultura e representação, no sentido de que cultura diz respeito a “significados compartilhados”, e significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem, que opera, segundo Hall, como um *sistema representacional*. A linguagem, para Hall, seria o meio para se transmitir pensamentos, ideias e sentimentos numa cultura. Desse modo, pertencer a mesma cultura significa interpretar o mundo ao seu redor e atribuir sentido às coisas de modo semelhante

O sociólogo destaca que a produção de sentido é a maneira pela qual as coisas são representadas, ou seja, o sentido que damos a algo define os valores que lhe atribuímos. A identidade cultural estaria imbricada, portanto, à produção de sentido, pois, segundo o autor, por meio do sentido cultivamos a noção de nossa própria identidade, definindo de quem somos e a quem “pertencemos”, relacionando-se também às formas como a cultura é usada para manter ou restringir a identidade em um grupo ou entre grupos distintos.

Destarte, em meio aos conflitos e reivindicações dos indígenas pelo reconhecimento de suas especificidades, o primeiro capítulo apresentará um breve histórico do povoamento indígena na região oeste de Santa Catarina, iniciando pela diferenciação entre os dois principais grupos presentes na região: Kaingang e Guarani e seu percurso neste espaço, por meio de LINO (2015) e D’ANGELIS (2006). Posteriormente serão ressaltados os conflitos que definiram os limites da atual região do oeste catarinense e o envolvimento dos povos que já habitavam este território, por meio do capítulo escrito por RADIN; VICENZI (2017) e para dar as vivências e conflitos que envolvem as populações indígenas na contemporaneidade, têm destaque a obra de NACKE *et al.* (2007) e o capítulo escrito por FACCO; ONGHERO; PIOVEZANA (2017).

No segundo capítulo serão feitos delineamentos sobre a história da imprensa no Brasil, com ênfase nas contribuições dos periódicos para o desenvolvimento da pesquisa histórica. Desse modo, serão abordados Nelson Werneck Sodré com sua *História da Imprensa no Brasil* (2011), Peter Burke por meio da obra *Uma História Social da Mídia* (2016) e Tânia Regina de Luca com o capítulo *História dos, nos e por meio de periódicos* (2008), que trata das pesquisas com uso de periódicos como fonte na prática historiográfica.

Entretanto, o segundo capítulo terá como destaque, à luz das produções teóricas de Stuart Hall e Roque de Barros Laraia, a análise das representações que as publicações do *Jornal Diário do Iguçu* atribuem aos indígenas do oeste catarinense e suas relações com os conflitos sociais vivenciados por eles. A partir da abordagem do jornal pesquisado serão abordadas com detalhes as matérias que tratam destes grupos étnicos na região oeste catarinense nos assuntos encontrados: indígenas no espaço urbano, debates sobre demarcação de terras tradicionais e de reservas indígenas, Dia do Índio, crimes, inclusão indígena, homenagem aos indígenas, estereótipo e reivindicações destes grupos. Das publicações encontradas no periódico que tratam das populações indígenas, 09 são sobre o Dia do Índio, 09 abordam crimes, 62 concernem às disputas por terra, 05 são referentes à imagem estereotipada que se faz dos indígenas, 02 são homenagens atribuídas aos mesmos, 06

discorrem acerca da inclusão indígena, 05 apresentam a questão dos indígenas no espaço urbano e 21 são relativas às reivindicações destas populações.

O presente estudo aborda, portanto, as representações sobre os indígenas do oeste catarinense por meio de publicações da imprensa escrita, no século XXI, a partir da análise do *Jornal Diário do Iguaçu*. Concomitante a isso, busca-se tornar evidente o papel dos indígenas da região enquanto sujeitos de sua própria história e ressaltar as contribuições dos periódicos enquanto fontes históricas, assim como colaborar para a produção da história indígena contemporânea em uma região específica.

CAPÍTULO I

2. HISTÓRICO DOS POVOS INDÍGENAS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Ao refletir sobre as representações atribuídas aos grupos indígenas da região oeste de Santa Catarina, por meio de um jornal com ampla circulação nos municípios que a integram, faz-se necessário conhecer a trajetória e as especificidades culturais dos povos que já habitavam esta região antes da chegada dos colonizadores europeus, ou seja, grupos Kaingang e Guarani. É também fundamental compreender quais relações se estabelecem entre ambos os grupos após esse contato e quais os conflitos resultantes dele.

Este capítulo apresenta um pouco da trajetória dos povos indígenas na região oeste de Santa Catarina, dividindo-se em três subtítulos, o primeiro intitulado “Povoamento na região oeste de Santa Catarina”, aborda as questões relacionadas ao povoamento dos grupos indígenas na região, que remonta aos períodos anteriores à chegada do colonizador. O segundo tópico, denominado “A expansão colonial nos Campos de Palmas”, trata do processo de colonização ocorrido nos chamados Campos de Palmas, que abrange o atual oeste de Santa Catarina, e suas consequências para as populações indígenas que já habitavam este espaço. O terceiro item chamado “Os indígenas do oeste catarinense na atualidade e os conflitos pela recuperação de seus territórios tradicionais”, ressalta as vivências e conflitos dessas populações na busca por recuperar seus territórios tradicionais e garantir seus direitos.

2.1 Povoamento na região oeste de Santa Catarina

Há milhares de anos o oeste catarinense é habitado por populações indígenas, conforme destacam as pesquisas arqueológicas realizadas na região⁴, mas, do mesmo modo que ocorreu em outras regiões do Brasil, a espoliação de seus territórios e a negação de suas especificidades viabilizaram a redução demográfica e o aumento dos litígios que abrangem as demandas destas populações na região.

No capítulo *O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história*, do livro *História da Fronteira Sul* (2015), Jaisson Teixeira Lino destaca que os grupos humanos pioneiros na ocupação do atual território Sul brasileiro, portanto, do oeste catarinense, são os caçadores-coletores nômades, povos de matriz linguística jê e povos de matriz linguística tupi-guarani e trata especificamente do povoamento de cada grupo na região.

⁴ São pesquisas realizadas desde fins do século XIX, por exemplo, as de Maximiliano Beschoren no vale do Goio-Em, do padre Pedro Ignacio Schimitz, na região do alto rio Uruguai, de Marilandi Goulart, que coordenou projetos de salvamento arqueológico em diversos locais às margens do rio Uruguai e muitos outros. (CARBONERA; LINO; ONGHERO, 2017, p. 21-26).

Segundo o autor, por volta de 12 mil anos atrás, os primeiros migrantes começaram a povoar a região sul, eram os povos caçadores-coletores, que a arqueologia convencionou denominar “Tradição Umu”. Posteriormente, por volta de 2,5 mil anos atrás, chega na região sul um grupo étnico diferente de matriz linguística jê, que atualmente são mais conhecidas pelas denominações de Kaingang e Xokleng. (LINO, 2015, p. 94; 98).

Segundo Lino (2015, p. 99), por volta de 2 mil anos atrás, chega outra leva migratória no Sul do brasileiro, composta por povos de origem tupi, chamados de guarani, oriundos da bacia amazônica e que chegaram à região ocupando os grandes vales dos rios Paraguai, Uruguai, Jacuí, Iguaçu, dentre outros. Desse modo, nas encostas do Rio Uruguai, que divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul na parte oeste, são encontrados muitos dos vestígios da ocupação guarani na região. Estes povos, por ocuparem espaços com presença de outros povos, conquistaram extensos territórios.

Neste sentido, a arqueologia aponta para a presença imemorial dos povos pré-coloniais na região oeste de Santa Catarina, principalmente nas várzeas dos grandes rios e seus afluentes. É somente após a chegada dos europeus no Brasil que são modificadas as relações culturais e a demografia dos grupos étnicos que aqui viviam. A invasão dos territórios pertencentes aos nativos, a exploração da força de trabalho destes, os conflitos estabelecidos em prol da dominação colonial europeia e as epidemias causaram um genocídio sem precedentes, que diminuiu imensamente a quantidade de indígenas nas diversas regiões do atual território brasileiro.

2.2 A expansão colonial nos Campos de Palmas

No processo de colonização da atual região oeste de Santa Catarina, os indígenas viram, na passagem do século XIX para o XX, seus territórios serem usurpados e grilados, seus pares sendo mortos ou se aliando aos colonizadores, que buscavam o domínio dessa região. Neste sentido, o artigo de Wilmar da Rocha D’Angelis *Para uma história dos índios do oeste de Santa Catarina* (2006) trata da trajetória dos povos indígenas dos chamados Campos de Palmas e, portanto, da penetração brasileira no atual oeste de Santa Catarina. São importantes as contribuições de RADIN; VICENZI por meio do capítulo *A colonização em perspectiva no centenário de Chapecó* (2017), em que contextualizam o processo de colonização de Chapecó, com destaque para a formação regional e as relações estabelecidas entre colonizador e colonizado na área que atualmente compreende o oeste catarinense. Neste contexto, tem destaque também o capítulo escrito por RENK denominado *Território e alteridade: construções sociais do oeste catarinense* (2007), que ressalta a questão da territorialidade como meio de afirmação da presença indígena no oeste de Santa Catarina.

Com a chegada de Pedro de Siqueira Côrtes⁵, em 28 de abril de 1839, aos Campos de Palmas, desenvolvem-se muitas problemáticas no contexto de vivência entre indígenas e não-indígenas. Neste processo, tem destaque a chefia de Vitorino Condá, indígena da etnia Kaingang, que se relacionava com fazendeiros de Guarapuava, antes do início do domínio colonial nos Campos de Palmas, e que colaborou para a penetração brasileira nestes campos, influenciando líderes de diversos grupos Kaingang ao contato pacífico com os não indígenas e combatendo os “arredios” que se contrapunham a ocupação. Desse modo, Condá assegurava a permanência brasileira nos Campo de Palmas, pois era grande sua ascendência entre os caciques de Palmas, do Irani e de Nonoai. (D’ANGELIS, 2006, p. 288).

A partir da ocupação da região do atual oeste catarinense, são estabelecidas políticas territoriais que visavam o confinamento dos grupos indígenas em aldeias como forma de garantir a liberação dos demais territórios para a exploração dos recursos naturais e expansão das áreas de fazenda, que assegurariam ao Império Brasileiro a posse das terras em litígio com as nações vizinhas. (FACCO; PIOVEZANA; ONGHERO, 2017, p. 159).

Diante disso,

[...] a população indígena do Oeste Catarinense iria distribuir-se pelo território em função de sua postura ante a ocupação brasileira. Os que aceitavam essa ocupação ou buscavam alianças com o invasor, aproximavam-se da estrada Palmas. Já os grupos hostis a esta penetração refugiam-se mais longe da rota da estrada, embrenhando-se no mato. Alguns deles permaneceram nos seus locais tradicionais até serem molestados pelas levas colonizadoras já no século XX. (D’ANGELIS, 2006, p. 296).

Em 1850, o Governo Imperial cria a “Lei de Terras” (n.º 601 de 18-09-1850), que, segundo D’Angelis (2006, p. 298), deliberava a respeito das terras devolutas do Império, as sesmarias para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, de modo a estimular a colonização do Sul do país por imigrantes da Europa. Diante de tal processo, os grupos indígenas que habitavam as terras supracitadas viviam, portanto, sob a ameaça constante do avanço da frente pastoril e dos interesses do governo imperial, que desconsiderava a presença dos indígenas ou vendia as terras e remetia a quem as comprasse a expulsão dos grupos que nela habitavam.

Os indígenas se integram nas atividades do Império, em 1890, na abertura da picada da linha telegráfica de Palmas ao Goyo-Em, assim como participam das atividades extrativas, no início da década de 1960, quando ganha impulso na região oeste a extração da erva-mate. Após sua participação na abertura da picada para a linha telegráfica, os indígenas chegam à Boa Vista e lá solicitam um território para que pudessem viver, plantar e cuidar dos filhos,

⁵ Bandeirante curitibano que iniciou o processo de colonização nos Campos de Palmas.

reivindicam, portanto, as terras situadas entre o Chapecó com o Chapecozinho. Essa seria a origem do Decreto n.º 7, assinado em 31 de dezembro de 1902 pelo governador do Paraná Francisco Xavier da Silva, que delimitou terras para esses grupos Kaingang na Terra Indígena (TI) Xapecó. (D'ANGELIS, 2006, p. 306-309).

Com o estabelecimento do Governo Republicano, em 1889, têm início o estabelecimento de novas medidas em relação às terras devolutas, que, a partir de 1891, passam a ser entregues ao domínio dos Estados para que estes as distribuíssem da maneira que avaliassem mais proveitosa. Neste contexto, as terras legitimamente possuídas pelos indígenas foram tratadas como devolutas e tituladas para fazendeiros que nelas se interessavam. Desse modo, inúmeros aldeamentos foram tomados dos indígenas para se tornarem áreas de produção e extração madeireira. (D'ANGELIS, 2006, p. 311).

Em 1910, cria-se o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI), órgão federal responsável pela assistência aos indígenas, que, nas décadas posteriores à sua implantação, criou Postos na região de Palmas e no Xapecó, atuando de modo a beneficiar os interesses em função da colonização e da exploração madeireira.

No oeste catarinense, quem se coloca em defesa dos direitos dos indígenas é o Juiz de Direito da Comarca de Xapecó, Antônio Selistre de Campos, que, mesmo não sendo o único, atuou de forma intensa contra a apropriação indevida das terras indígenas, fazendo diversas denúncias por meio de publicações nos jornais *O Estado*, de Florianópolis e *A Voz do Chapecó*, que pediam pela atenção das autoridades estaduais e federais em prol dos direitos indígenas sobre as terras. (D' ANGELIS, 2006, p. 321; 324).

Cerca de cinco anos depois da criação do SPI, em meio ao processo de invasão do Chimbanguê, por volta de 1915, morre o cacique Antonio Chimbanguê com idade de mais de cem anos. O cemitério em que ele foi enterrado, situado no divisor de águas entre o Irani e seu afluente à direita, o Lambedor, recebeu uma cruz de cedro que marca a presença secular dos Kaingang naquela área. Devido ao nome do líder a aldeia ficou sendo conhecida como Chimbanguê. Concomitante à morte de Chimbanguê, os Kaingang do Irani presenciam a primeira ocupação de suas terras. Iniciava-se, então, o processo de colonização estrangeira, promovida pela Empresa Luce, Rosa & Cia. (D' ANGELIS, 2006, p. 320).

Em 1916, são definidos os limites do território que ficaria conhecido como Contestado, desse modo, visando assegurar a posse sobre a área que atualmente compreende a região oeste catarinense, o governo do estado institui, em 1917, a criação de quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó. Com isso, assume-se a tendência de

venda de terras para a colonização, ignorando a presença dos habitantes indígenas da região. (RENK, 2007, p. 29).

Com a alta demanda europeia por madeira no pós-Segunda Guerra Mundial, a partir de 1948, o órgão atuante, que desde 1918 passou a ser designado SPI (Serviço de Proteção aos Índios), em apoio aos empresários da exploração madeireira, inicia um processo de confinamento das populações indígenas da região oeste em áreas previamente definidas, liberando as terras que ainda ocupavam, para tal o órgão reúne os Kaingang que viviam no Toldo Imbu e, em 1949, os transfere violentamente para o Posto Indígena Xapecó. (BLOEMER; NACKE, 2007, p. 68).

Com a criação da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, iniciam as atividades da Fundação Nacional do Índio (Funai), substituta do SPI, que desde o início de suas atividades atuou sob o aumento da burocracia de modo que fosse dificultada a devolução das terras aos indígenas. No contexto de descaso da Funai, os Kaingang do Toldo Chimbangue conseguem, não com a participação efetiva do órgão, mas com mobilizações e até greve de fome, a demarcação de 988 hectares de terra, situadas entre o rio Irani e o Lambedor, em 30 de dezembro de 1985. (D'ANGELIS, 2006, p. 332).

A atuação de ambos os órgãos, portanto, fora de atenção para com as necessidades das populações indígenas, pois, durante o período de expansão euro-brasileira, trabalhavam em prol dos interesses do colonizador e das demandas governamentais para a ocupação da região.

Em relação aos Guarani, apesar da região oeste catarinense ser de habitação majoritariamente Kaingang, em meados de 1950, já havia muitos anos que um grupo vivia na localidade de Limeira, próximo à margem esquerda do Chapecó. Segundo D'Angelis, “Tal grupo chegou ao Xapecó, vindo de migração do Paraguai, através de Missiones na Argentina, e pertence ao “subgrupo” dos Mbyá (2006, p. 326-327). Parentes deles localizaram-se em Guarita (RS), Ibirama (SC), Mangueirinha (PR),” em 1826, estes eram estimados em 500 indivíduos. (LIMA apud D'ANGELIS, 2006, p. 281).

Nesta pesquisa, entretanto, tem destaque a localidade de Araçá/Araçazinho (Araçá'i), situado nos municípios de Saudades e Cunha Porã, onde vivia o grupo dos Mbyá Guarani, até a chegada das frentes de colonização euro-brasileiras, que, no século XX, deram início ao movimento de expropriação das terras indígenas e o controle delas por parte dos colonos.

As populações indígenas, portanto, vivem historicamente sob o espólio e a expropriação de seus territórios. A chegada dos europeus representa o marco inicial da exploração de suas terras e dos recursos naturais nelas existentes. Toda a trajetória da

ocupação brasileira e da colonização de descendentes de europeus na atual região oeste de Santa Catarina reafirma os traços de exploração, marcada pelo esbulho oficial dos territórios indígenas e pela negação dos direitos desses povos, que habitam a região desde tempos imemoriais.

Quanto à relação travada entre os grupos que já habitavam a região e os que vieram de fora, segundo Radin e Vicenzi (2017, p. 61-62) “[...] construiu-se um conjunto de representações ancoradas na comparação entre os diferentes modos de vida e as formas de trabalhar e de produzir; aqueles tiveram sua imagem negativada, ao contrário dos colonizadores que gozaram de conceito positivado.”

Os indígenas, por sua vez, não podem ser considerados agentes passivos desse processo, pois não foi pouca a resistência que esses povos ofereceram à ocupação, os Kaingang e Guaraní inúmeras vezes reivindicaram e ainda reivindicam a garantia de seus direitos, buscando a valorização e a afirmação de suas especificidades culturais em meio a um cenário de hostilidade aos que são diferentes da maioria. Neste sentido, veremos no tópico a seguir as vivências e conflitos que envolvem os povos indígenas do oeste de Santa Catarina, especialmente os referentes à disputa pela posse de seus territórios tradicionais.

2.3 Os indígenas do oeste catarinense na atualidade e os conflitos pela recuperação de seus territórios tradicionais

Tratar dos povos indígenas do oeste de Santa Catarina na atualidade nos conduz a citar o capítulo escrito por FACCO; ONGHERO; PIOVEZANA intitulado *Indígenas em Chapecó: resistência centenária* (2017), em que os autores tratam da luta pela posse dos espaços indígenas tradicionais e da construção da sociabilidade indígena na atualidade. Tem destaque também o livro de Anelise Nacke *et al.*, denominado *Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade* (2007), que, em seus diversos capítulos aborda aspectos referentes aos modos de vida deste grupo étnico no início do século XXI, tais como política, rituais, religiosidade, economia, tradição, relacionamentos, conflitos e disputas pelo acesso à terra. Em relação aos indígenas Guaraní, a pesquisa referencia o artigo de CEMIN; LANGER chamado *Conflitos étnicos no Oeste e Santa Catarina: diáspora e reagrupamento no Araçá’i* (2003), em que são ressaltadas as disputas e resistências dos Mbyá Guaraní na busca pela recuperação de seus territórios tradicionais, na localidade de Araçá’i, atualmente sob o domínio de colonos que a utilizam para fins de produção agrícola.

No que tange às demandas indígenas pela posse de terras na região oeste de Santa Catarina, o colonizador, figurado como o fundador dos territórios na região, utiliza-se da definição de trabalho para justificar a exploração dos territórios indígenas e deslegitimar as

demandas destas populações em relação à recuperação de seus espaços de ocupação tradicional, principalmente após a emergência de lutas e movimentos, nas décadas de 1970 e 1980, que, segundo Facco, Onghero e Piovezana (2017, p. 164), impulsionaram a busca dos indígenas pelo reconhecimento de sua ocupação imemorial nas terras que reivindicavam.

Neste sentido, iniciaremos tratando da disputa pelo território do Chimbangue, situado entre o rio Irani e o rio Lambedor, onde os indígenas foram restringidos do uso de seus territórios tradicionais, devido a omissão do SPI em regularizar as terras indígenas para beneficiar a ocupação destes espaços por agricultores originários de antigas colônias no Rio Grande do Sul. Desse modo, no início da década de 1980, os indígenas do Chimbangue passam a buscar judicialmente um meio para a recuperação de seus espaços. (BLOEMER; NACKE, 2007, p. 57-58).

A luta dos indígenas do Chimbangue mobilizou diversos setores da sociedade catarinense e uma parcela da sociedade civil, que exigiam respeito aos direitos dos indígenas, diante disso e de outros fatores, como a realização de uma greve de fome por 14 pessoas, entre elas três Kaingang do Chimbangue, é estabelecido o Decreto Presidencial n. 92.253 de 30 de dezembro de 1985, que garante o reconhecimento e a demarcação destas terras, assim como a indenização e o reassentamento dos agricultores que nela viviam. (FACCO; ONGHERO; PIOVEZANA, 2017, p. 165).

O relatório do Grupo de Trabalho constituído pela Funai, em 1984, concluiu pela delimitação de 1.817 hectares para o Toldo Chimbangue, destes, 988 hectares foram efetivamente demarcados pelo Decreto n. 315 de 29 de outubro de 1991, ficando o restante para ser demarcado posteriormente. Após inúmeras demonstrações de rejeição local e regional aos indígenas do Chimbangue, foi homologada, por meio de decreto, em 21 dezembro de 2006, a TI Toldo Chimbangue II, resultante do Grupo de Trabalho constituído pela Funai em 1998. (FACCO; ONGHERO; PIOVEZANA, 2017, p. 167).

Dentro da área de 988 hectares, homologada em 1991, estabeleceu-se a delimitação de um hectare de terra descontinuado do restante, onde se localiza o cemitério indígena destes Kaingang, no qual, segundo o grupo, está enterrado o falecido cacique Antonio Chimbangue. (BLOEMER; NACKE, 2007, p. 61-62). O cemitério indígena Kaingang, segundo Jéssica Alberti Giaretta (2017)

[...] se configura como um dos lugares de memória mais importantes para a comprovação da existência da população Kaingang neste espaço. O momento da morte de um integrante do grupo é visto pelo mesmo como uma passagem no qual o espírito deixa o corpo e segue para o que de acordo com Juracilda Veiga (2006) chamam de Numbê, aldeia dos mortos. (GIARETTA, 2017, p. 34)

Conforme Giaretta (2017, p. 34-35), este é o motivo pelo qual os ritos do luto eram/são muito respeitados, pois os Kaingang “[...] acreditam que a alma da pessoa que morre não deixa o espaço dos vivos de imediato e por isso, deve-se tomar cuidado com as pessoas próximas de quem morreu, principalmente cônjuges e filhos”.

Os Kaingang do Toldo Chimbanguê, localizado na faixa de fronteira do município de Chapecó, antiga Comunidade de Sede Trentin, é habitado por 553 pessoas, que, durante o processo de recuperação deste território, foram modificando sua cultura, deixando de praticá-la íntegra, pois os indígenas passaram a vivenciar experiências de peonato para os colonos que viviam na área, desse modo seu idioma foi substituído e eles se integraram aos costumes e modos de vida dos não indígenas. No que tange às condições de seu território, as terras estão ambientalmente empobrecidas e cercadas por um aterro sanitário, por rodovias e pelo avanço do desmatamento. (FACCO; ONGHERO; PIOVEZANA, 2017, p. 167-168).

A Aldeia Kondá, diferentemente, é uma reserva resultante de um processo de negociação, haja visto que foi reconhecido o espaço urbano da cidade de Chapecó como território tradicional destes Kaingang. Os indígenas deste grupo, na década de 1980, ocuparam uma quadra do bairro Palmital, e ali formaram a Aldeia Kondá, que passou a ganhar visibilidade a partir da década de 1990, pois com o crescimento da cidade de Chapecó não foi mais possível tornar invisível a presença do grupo no bairro. (FACCO; ONGHERO; PIOVEZANA, 2017, p. 169-171).

Desse modo, diante das polêmicas opiniões sobre o grupo e da situação de penúria em que seus integrantes viviam, em 1998, tem início a criação da Reserva Indígena Aldeia Kondá, que, conforme identificado pelo relatório da equipe técnica da Funai, receberia 212 pessoas, muitas delas até aquele momento viviam espalhadas por diversos bairros do município, já que não aceitavam ser alocados nas terras indígenas que a Funai os transportava. (FACCO; ONGHERO; PIOVEZANA, 2017, p. 171-172).

Com o reconhecimento da impossibilidade de recuperação dos espaços de ocupação tradicional destes indígenas, por se tratar da área urbana do município de Chapecó, foi instituído pela Funai um Grupo Técnico, que elegeu um espaço de 2,3 mil hectares na localidade da Água Amarela, zona rural de Chapecó, para a criação da Reserva Indígena Aldeia Kondá. (FACCO; ONGHERO; PIOVEZANA, 2017, p. 172).

Atualmente, os Kaingang da Aldeia Kondá ocupam apenas 1.248 hectares da área demarcada e vivem sob a indefinição da instalação da hidrelétrica Foz do Chapecó em suas terras, enquanto esperam pela regularização dos 1.052 hectares que ainda faltam para que

possam plantar suas lavouras e sair das condições precárias em que estão estabelecidos. (BLOEMER; NACKE, 2007, p. 76).

O processo de aquisição deste novo espaço se prolonga pelo fato de que as terras não são de uso tradicional, portanto os colonos que nelas vivem têm o direito de receber pelas benfeitorias e pelas terras, desse modo, perduram a instabilidade e a insegurança, responsáveis pelo aumento dos conflitos internos. Soma-se a isto as ações governamentais que visam impedir e dificultar a demarcação de terras indígenas. (BLOEMER; NACKE, 2007, p. 77-78).

A TI Toldo Pinhal é uma área de ocupação Kaingang, localizada no município de Seara, parte central do oeste catarinense. Esta TI, segundo dados da Funai, possui 121 indivíduos dispostos em uma área de 4.846 hectares, identificada por meio de um Grupo de Trabalho, que, em julho de 2003, reconheceu o direito dos Kaingang sobre as terras. A regularização desta TI ainda não ocorreu, apesar de já ter sido declarada como área indígena⁶.

Na TI Toldo Pinhal, durante o século XX, foram significativas as transformações na paisagem natural e a redução do espaço ocupado pelos indígenas. Desde 1950, as populações indígenas que habitavam esta localidade viram suas terras sendo usurpadas e suas florestas sendo exterminadas por meio da exploração madeireira, oriunda do movimento de colonização que, neste período, ganha forma na região oeste de Santa Catarina.

Diante do avanço dos colonizadores, os indígenas se viram espoliados e separados dos seus pares, tendo de deixar seus espaços de ocupação tradicional para sobreviver, pois quem resistia era morto ou tinha de se empregar na condição de agregado. Em 1991, porém, descontentes com as expropriações, os indígenas que estavam dispersos passam a reivindicar o direito sobre as terras, enviando documentos ao presidente da Funai, em que relatam sua situação de miséria e descaso, solicitam, portanto, a recuperação de seus territórios tradicionais. (NACKE *et al.*, 2007, p. 71).

Tem destaque neste contexto, o indígena João Maria Rodrigues, filho de um antigo cacique da área, que devido às suas reivindicações chegou a ser expulso pelos colonos que ali moravam. A expulsão de Rodrigues foi primordial para a organização e luta dos indígenas da região, que passaram a reivindicar a demarcação de 8.890 hectares de terra. (NACKE *et al.*, 2007, p. 72). A reivindicação não fora atendida em sua totalidade, mas, a partir de 1990, foram retomadas as atividades na área, que foi declarada como TI Toldo Pinhal de ocupação indígena tradicional.

⁶ Fonte: Funai. Disponível em < <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> > acesso em 31 de maio de 2018.

No Toldo Imbu, localizado no município de Abelardo Luz, segundo dados da Funai, vivem 133 indígenas da etnia Kaingang, alocados em um espaço de 1.965 hectares declarados como espaço de ocupação tradicional indígena. Antes de ser publicada a portaria declaratória, em 2007, entretanto, foram inúmeros os litígios que envolveram indígenas e colonos da região pela posse destas terras.

Anterior ao processo de demarcação do Toldo Imbu, o avanço das frentes colonizadoras na região acometeu os indígenas, causando a espoliação de seus territórios e a remoção de seus integrantes para outros espaços. As memórias referentes a estes acontecimentos são marcantes para os indivíduos dessa área, que relatam como se deu a remoção do grupo para o Posto Indígena Xapecó, lembrando da forma violenta com que foram colocados em caminhões fretados e levados para uma área a que não pertenciam. (NACKE *et al.*, 2007, p. 68).

Por fim, em 1998, nove famílias Kaingang que residiam na TI Xapecó retornam ao Imbu, dando início ao processo de retomada das terras, que em sua maioria se localizam em área urbana do município de Abelardo Luz. O retorno destes indígenas gerou tensões na região, mas, segundo Bloemer e Nacke (2007, p. 70), trouxe consequências positivas para estes Kaingang, pois a Prefeitura de Abelardo Luz se comprometeu em construir casas para os indígenas no Imbu e um cacique oriundo da TI Palmas (PR) foi indicado para assumir as negociações em nome do grupo. Deste modo, desde 2007, quando foi publicada a portaria declaratória, os indígenas do Toldo Imbu esperam pela regularização de suas terras.

A Terra Indígena Xapecó é uma área de habitação Kaingang e Guarani, sendo a maior em contingente habitacional e proporção territorial da região oeste de Santa Catarina, com 15.623 hectares e 3.935 habitantes que se declaram indígenas⁷, a maioria de etnia Kaingang. A TI se localiza nos municípios de Ipuçu e Entre Rios, no cruzamento dos rios Xapecó e Chapecozinho, tendo sido declarada pelo Decreto n. 7, em 31 de dezembro de 1902, com a extensão total de cerca de 50 mil hectares, entretanto, com o passar do tempo os indígenas que ali viviam presenciaram a redução deste espaço para quase um terço do total. Um dos acontecimentos que propiciou esta redução foi a transferência dos indígenas do Toldo Imbu para a Aldeia Pinhalzinho (atual TI Xapecó), ocorrida em 1948, sob o comando do Chefe do Posto, que agia em prol dos interesses regionais. (NACKE *et al.*, 2007, p. 68).

⁷ Fonte: Funai. Disponível em <http://www.funai.gov.br/terra_indigena_3/mapa/index.php?cod_ti=50201> acesso em 31 de maio de 2017.

No mesmo período, o SPI atende “[...] a demanda de Alberto Berthier de Almeida, residente em Passo Fundo (RS), de se apropriar da área de 82 milhões de m² das terras reservadas aos indígenas.” (NACKE *et al.*, 2007, p. 47). O rico negociante visava se apossar das terras dos Kaingang do Chapecozinho, atual sede da TI Xapecó, para explorar as madeiras nelas existentes.

O Juiz de Direito da Comarca de Xapecó se coloca em defesa dos indígenas para que não perdessem o domínio de suas terras, desse modo, faz diversas publicações, denunciando e criticando a atuação do SPI e as pretensões de Alberto Berthier de Almeida. Contudo, “Em 1965, quando o título definitivo de propriedade da terra foi expedido, a área dessa TI apresentava uma extensão de 15.923 ha.” (NACKE *et al.*, 2007, p. 47).

A partir da instalação de um Posto indígena na TI Xapecó, em 1941, entra em vigor a política de exploração de seus recursos naturais, segundo Bloemer e Nacke (2007, p. 48), nesta TI, entre 1942 e 1959, foram grandes a exploração e o comércio da erva-mate, assim como a exploração agrícola por meio da implantação de lavouras, sobretudo de trigo e milho. Desse modo, o confinamento dos grupos indígenas nas aldeias, que até hoje apresentam elevados números de moradores, era o meio mais propício para a exploração dos recursos naturais e arrendamento das terras para colonos.

Em 1960, iniciam as atividades de uma serraria dentro da TI Xapecó, com a finalidade de exploração e beneficiamento das madeiras nobres nela existentes, com isso a exploração da madeira foi intensiva e predatória, até 1980, quando a serraria foi desativada, pois já havia esgotado as áreas de floresta nesta área. (NACKE *et al.*, 2007, p. 48-49). Para Bloemer e Nacke (2007, p. 49), a destruição do patrimônio florestal existente nesta TI foi propiciado pelo contexto autoritário vivido no país, pela fragilidade das entidades de apoio e pela ausência de meios que veiculassem as reivindicações dos indígenas, que reclamaram e se indignaram com a exploração de seus recursos naturais por parte do órgão de assistência.

Concomitante a isso, a partir de 1948, amplia-se o arrendamento das terras indígenas a colonos para a prática da agricultura, desse modo, estes exploravam os recursos antes utilizados pelos indígenas e desestruturavam o modelo de ocupação espacial indígena e suas relações de sociabilidade intragrupo, pois inúmeras foram as colaborações de líderes indígenas em troca de benefícios econômicos, enquanto a maioria da população indígena se via desassistida, aumentando, portanto, a desigualdade política, econômica e social, causadora de muitos conflitos entre os indígenas da TI. (NACKE *et al.*, 2007, p. 50-53).

Na situação atual da TI Xapecó está a emancipação recente dos municípios aos quais ela pertence e a consequente participação dos indígenas Kaingang na política local, que

elegeram vereadores e até mesmo um vice-prefeito no município de Ipuacu, onde a proporção de eleitores indígenas é elevada. Deste modo, reivindicam aos municípios a que pertencem melhorias no atendimento à saúde e à educação na área de abrangência da TI. (NACKE *et al.*, 2007, p. 53-54).

Outros aspectos a serem ressaltados são a passagem de linhas de alta tensão e a implantação de usinas hidrelétricas dentro da área desta TI, pois causam impacto à população indígena que ali vive e aos recursos por ela utilizados. As linhas de alta tensão que passam pela TI, conforme acordo com as Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul) e as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) são compensadas por meio de fornecimento gratuito dos serviços de eletricidade aos indígenas que habitam na aldeia sede e Pinhalzinho, de maior aglomeração habitacional. (NACKE *et al.*, 2007, p. 43-45).

Na Aldeia Sede concentram-se os serviços de posto de saúde, escola com ginásio de esportes, posto da Polícia Militar de Santa Catarina, casas comerciais, campo de futebol e Igrejas de religião cristã. Assim como os serviços de energia elétrica, a rede de canalização de água e as obras de infraestrutura necessárias para atender demandas referentes à saúde, educação e lazer também se localizam nos lugares de maior concentração populacional, restando aos moradores das outras áreas deslocar-se para as aldeias que podem atender sua procura. (NACKE *et al.*, 2007, p. 44).

Conclui-se, portanto, que as populações Kaingang presentes no oeste catarinense, apesar da expropriação de suas terras e da exploração de seus recursos, resistiram aos avanços da sociedade não indígena, buscando preservar seus traços culturais como meio de reafirmar sua identidade étnica, pois mesmo diante do contato com grupos não indígenas continuam a se reconhecer na divisão em duas metades exogâmicas, *Kamé e Kairu*⁸, que os diferencia também de outras etnias indígenas existentes, e mantêm, mesmo sob constantes dificuldades, o uso da língua Kaingang e o ritual do *KiKi*⁹, que visa a quebra de relações entre os mortos e os vivos.

Quanto a presença dos indígenas da etnia Guarani no oeste catarinense, Cemin e Langer (2003, p. 244) destacam que especificamente os Mbyá Guarani ocupam a região desde

⁸ Segundo a tradição Kaingang, Kamé e Kairu são os ancestrais de seu povo e é a partir dessas denominações que as crianças são batizadas e depois têm seus casamentos definidos. Um Kamé só pode se casar com um Kairu e vice-versa. (NACKE, A. *et al.* **Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007, p. 35).

⁹ Ritual realizado a partir da solicitação expressa dos parentes de indivíduos mortos. Devem ser feitos pedidos de parentes de mortos que correspondiam a ambas as partes exogâmicas Kaingang, se houver solicitação apenas por parte de parentes de mortos que eram da metade Kamé, por exemplo, o ritual não se efetiva. (NACKE, A. *et al.* **Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007, p. 35).

longínquas datas, conforme apontam as pesquisas arqueológicas, os registros históricos e os relatos e fotos dos próprios colonos. Esta ocupação, porém, foi interrompida com a chegada dos colonizadores, que iniciaram, a partir de 1923, um processo de expropriação e controle das terras destes indígenas, na localidade de Araça'í, situada nos municípios de Saudades e Cunha Porã.

A partir do contato se estabelecem os conflitos entre os Mbyá e as frentes de colonização euro-brasileiras que ocuparam a região, neste contexto, conforme destacam Cemin e Langer (2003, p. 244), o colonizador passou a se utilizar de um discurso impregnado de valores eurocêntricos que visava ocultar a indianidade da população que os havia precedido como forma de deslegitimar a posse dos indígenas sobre as terras. Desse modo, muito indígenas foram mortos ou expulsos de seus espaços tradicionais e os que ali permaneceram viviam em diminutas propriedades sob a constante exploração de sua força de trabalho.

Diante da impossibilidade de permanência em seus territórios tradicionais, a população do Araça'í dispersou-se e refugiou-se em reservas Xokleng e Kaingang, portanto, atualmente consideram estar morando de favor nas reservas de Votouro, Serrinha, Cacique Doble, Mbaracá Mirim, Prata e Passo Feio, no Rio Grande do Sul, e no Toldo Chimbanguê, em Santa Catarina. Entretanto, apesar da situação de exílio, não abandonaram o uso da língua e dos costumes tradicionais Guarani, assim como não desistem do objetivo de retornar ao Araça'í. (CEMIN; LANGER, 2003, p. 254-255).

Com vias a recuperar seus territórios, os Mbyá Guarani, em 2000, ocupam a localidade de Araça'í, contando com um grupo de cerca de 200 pessoas dessa etnia, nesta situação retomam a ínfima parcela de 49 hectares de suas terras tradicionais, entretanto, sua reivindicação é pela demarcação de seus espaços tradicionais na área que abrange as margens do rio Uruguai, estendendo-se para São Carlos, Saudades, Águas de Chapecó, Pinhalzinho, Cunha Porã, Cunhataí e Modelo. (CEMIN; LANGER, 2003, p. 255).

Deste modo, as reivindicações dos indígenas Guarani representam a busca pela reconstituição de seus direitos étnicos e pela efetivação de seus projetos, que têm sua realização dificultada por não se alinharem aos modelos econômicos e sociais predominantes na região, voltados para a produção agrícola e o agronegócio.

No que concerne aos territórios tradicionais Kaingang e Guarani, a presença não indígena nestes espaços afetou os hábitos cotidianos, as formas de trabalho e as relações internas de cada grupo, em função da redução das terras e dos recursos naturais dos quais os indígenas tinham acesso. Do mesmo modo, a interferência governamental nas áreas de

ocupação indígena afeta os modos de vida e as redes de sociabilidade destes grupos, pois negativa as relações intragrupo e altera suas formas de organização.

Diante disso, ser indígena no oeste catarinense é ter de resistir aos avanços territoriais e culturais de grupos não indígenas, que não os reconhecem em suas especificidades culturais e identitárias e ainda os acusam de intrusos que não contribuem para o progresso da região. Nas últimas décadas, os indígenas do oeste de Santa Catarina têm buscado, portanto, a garantia de seus direitos constitucionais e o reconhecimento de suas especificidades étnicas e culturais, deste modo acabam por ganhar destaque na mídia e no cotidiano dos habitantes da região.

CAPÍTULO II

3. HISTÓRIA E IMPRENSA: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS INDÍGENAS POR MEIO DO *JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU*

Esta pesquisa tem por norte a análise das publicações do *Jornal Diário do Iguaçu* que tratam das populações indígenas no oeste catarinense, no período entre 2001 e 2017. A escolha da fonte visa ressaltar o potencial de pesquisa histórica em periódicos da região. Diante disso, é necessário destacar que a utilização dos periódicos como fonte histórica é recente, tendo ganhado espaço apenas a partir de 1970, devido à renovação temática influenciada pela Escola dos *Annales*. Antes disso, os periódicos eram tidos como pouco relevantes para a escrita da história.

Para realizar tal análise, partimos das proposições de Antoine Prost, que em seu livro “*Doze lições sobre a história*” (2008), diferencia o texto histórico do texto jornalístico por meio do aparato crítico e pelas notas de rodapé contidas no primeiro. Segundo Prost, as notas de rodapé são essenciais para a história e se constituem como nítido sinal da argumentação, que na história se baseia na aceitação do que é verificável e no jornalismo está pautada na autoridade. Estas são marcas contidas na historiografia que “remetem o leitor para fora do texto, indicando-lhe documentos existentes, disponíveis em determinado lugar, que permitiram a reconstrução do passado”. (PROST, 2008, p. 235)

Neste sentido, o capítulo apresentará uma revisão bibliográfica sobre a história da imprensa e o uso dos periódicos como fonte histórica. A maior ênfase, entretanto, se dará na análise das representações que o *Jornal Diário do Iguaçu* atribui às populações indígenas em suas publicações, de modo que serão abordadas as relações estabelecidas entre os grupos indígenas e não-indígenas na região oeste de Santa Catarina e suas influências nas representações que o periódico supracitado outorga aos grupos étnicos de cultura diferenciada.

3.1 Breves considerações sobre a história da imprensa

O jornal enquanto parte da imprensa escrita se caracteriza por integrar as mídias de comunicação, que, conforme Peter Burke e Asa Briggs (2004), possuem um percurso histórico muito amplo, iniciado muito antes da famosa prensa de Guttenberg, mas que se destacam após o surgimento dela. Num contexto de revoluções no início da Idade Moderna, a comunicação escrita ganha espaço na Europa, da mesma maneira que a leitura. Desse modo, ocorre uma crescente demanda pelas novas formas de comunicação, que impulsionam intensas mudanças no letramento moderno.

A imprensa escrita, segundo Burke e Briggs (2004, p. 196), se estabeleceu, em todos os países, “[...] por volta de 1900 como uma força social que deveria ser avaliada em uma democracia futura, tanto quanto havia sido em um passado autoritário.” Apontam, portanto, para o sentido de atuação política e social que a imprensa escrita exerce.

No que tange ao Brasil, Nelson Werneck Sodré (1999) ressalta que a história da imprensa se associa às demandas mercadológicas desta sociedade, dado que seu desenvolvimento está intimamente ligado aos interesses capitalistas. Deste modo, a formação da imprensa é um reflexo do desenvolvimento capitalista, em que têm espaço organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. (SODRÉ, 1999, p. 1).

As primeiras evidências do desenvolvimento da imprensa no Brasil ocorrem ainda no século XVIII, pois, segundo Sodré (1999, p. 17), “Em 1706, sob os auspícios do governador Francisco de Castro Morais, instalou-se no Recife pequena tipografia para impressões de letras de câmbio e orações devotas. A Carta Régia de 08 de junho do mesmo ano, entretanto, liquidou a tentativa.”

Segundo o autor, outra tentativa de instalação de uma oficina de impressão foi ainda mais reprimida pelas forças régias. “Em 1746, no Rio de Janeiro, quando Antônio Isidoro da Fonseca, antigo impressor em Lisboa, instalou sua pequena oficina na referida cidade viu a metrópole agir rapidamente, liquidando e queimando a estrutura pela qual se poderiam propagar ideias contrárias ao interesse do Estado.” (SODRÉ, 1999, p. 17). Em se tratando de propagar ideias contrárias ao interesse do Estado, Hipólito José da Costa lança, em 1º de junho de 1808, alguns meses antes do início da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o *Jornal Correio Brasiliense*, que em geral criticava a administração do Estado brasileiro pela coroa portuguesa.

Entretanto, é apenas com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, que têm início as atividades de imprensa no Brasil, de modo que em 10 de setembro daquele ano iniciam-se a produção e circulação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, sob a direção de Frei Tibúrcio. A chegada da corte ao Brasil suscitou, portanto, a legalização das atividades da imprensa, que antes eram vedadas à Colônia. A *Gazeta*, entretanto, se destinava às notícias sobre a coroa e aos informes que a ela interessasse, não se configurando como um jornal designado ao interesse popular. (SODRÉ, 1999, p. 20-22).

Desde então, a imprensa brasileira passou por diversas transformações, estando presente nas mudanças políticas, sociais e econômicas do país. Acompanhou e foi impactada pela censura em períodos de repressão, assim como teve sua esfera de atuação ampliada ao

saber aproveitar os interesses de mercado. Em relação a este último aspecto, Sodré destaca que o desenvolvimento da imprensa ocorre concomitante e aliado ao desenvolvimento do capitalismo, de modo que aquele não seria possível sem este. (SODRÉ, 1999, p. 1).

3.2 Os periódicos na escrita da História

Apesar da extensa difusão e da importância que a imprensa adquiriu ao longo de seu desenvolvimento, até a década de 1970 os periódicos eram pouco utilizados como fonte histórica. Segundo Tânia Regina de Luca (2008), mesmo sob o reconhecimento da importância dos impressos para a história da imprensa, ainda era grande a recusa em utilizá-los na escrita da História por meio da imprensa. Para a autora, tal situação se deve ao fato de que durante o século XIX e início do século XX a escrita da história estava muito voltada ao ideal de busca da verdade dos fatos, demandando, portanto, a recorrência a fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, assim como distanciadas de seu próprio tempo. Neste contexto, Luca destaca o estabelecimento de uma hierarquia qualitativa dos documentos, na qual “[...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões.” (LUCA, 2008, p. 112).

É apenas com a terceira geração dos *Annales*, devido à busca de renovação dos temas, das problemáticas e dos procedimentos metodológicos na historiografia, que ganha espaço a História Nova, propondo, para além das questões de ordem estrutural, o estudo de novos objetos, com diferentes problemáticas, incutidas em novas abordagens, que concedem aos periódicos maior relevância na produção do saber histórico. Neste sentido, alarga-se o campo de preocupação dos historiadores, que passam a dar atenção para pesquisas ligadas aos aspectos cotidianos, até então considerados de pouca importância para a disciplina. (LUCA, 2008, p. 113).

No que tange ao trato documental, os novos debates deram papel de destaque para a imprensa na historiografia. Com isso, Luca afirma que, “O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica.” (LUCA, 2008, p. 118).

Do mesmo modo, as charges, enquanto parte das publicações concernentes aos jornais também são importantes fontes para a produção histórica, pois, conforme destaca Fabiano Coelho, as charges podem se tornar significativas para compreender os grupos e como estes representam suas experiências históricas. (COELHO, 2016, p. 10). As charges se apresentam,

portanto, como fonte a ser explorada em pesquisas, por ser uma produção jornalística que visa ironizar determinado fato, personagem ou acontecimento. Neste sentido, faz-se necessário analisar as representações que atribuem a quem é retratado.

Deste modo, esta pesquisa fará uso de um periódico como fonte, visando demonstrar seu potencial na pesquisa histórica. O periódico escolhido, *Jornal Diário do Iguaçu*, circula em grande parte da região, participando na divulgação de fatos relacionados aos grupos indígenas e não-indígenas e suas relações. Analisaremos, portanto, as publicações (notícias e charges) que tratam das populações indígenas no oeste catarinense e suas relações com a comunidade regional, problematizando em que contexto estas relações se travam.

3.3 Análise das representações atribuídas aos indígenas nas publicações do *Jornal Diário do Iguaçu*

As publicações de um periódico não são isentas de sentido, mas possuem nas próprias escolhas do que se evidenciar ou não uma direção estabelecida, de quais fatos ou personagens são considerados importantes ou não. Acrescente-se a isso o fato de que as publicações de um jornal estão intimamente ligadas às características de seu público leitor, no caso também cliente, e tem-se a necessidade de analisar as notícias e charges presentes no *Jornal Diário do Iguaçu*, associando-as ao seu público comprador, que, conforme já citado nesta pesquisa, possui fortes heranças ligadas ao espírito colonizador, tão evidente na história e na memória da região oeste de Santa Catarina. A análise das representações que este periódico imputa aos indígenas da região no século XXI exigem, portanto, que se relacione as publicações com o contexto social que marca as relações entre indígenas e não-indígenas.

Neste sentido, faremos, portanto, uma análise qualitativa, sob o embasamento teórico de Roque de Barros Laraia (1986) e Stuart Hall (2016), utilizando as subdivisões encontradas nas publicações do periódico pesquisado, que são: crimes, Dia do Índio, disputa por terra, estereótipo, homenagem aos indígenas, inclusão indígena, indígenas no espaço urbano e reivindicações indígenas. Entretanto, daremos maior atenção ao tema disputa por terra devido a maior quantidade de publicações que tratam do assunto.

3.3.1 Dia do Índio

As publicações do *Jornal Diário do Iguaçu* que tratam das populações indígenas no oeste catarinense não se detêm apenas no relato de fatos, mas incluem a produção de significações sobre essas populações, ou seja, sobre sua cultura e identidade. Considerando o que este periódico produz e põe em circulação sobre este grupo étnico específico, é necessário salientar a proposição do antropólogo Roque de Barros Laraia, em seu livro *Cultura: um conceito antropológico* (1986), onde afirma que o homem vê o mundo através de sua cultura e

isso o leva a considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. (LARAIA, 1986, p. 72)

Neste sentido, estaremos analisando a fonte por meio dos termos utilizados nas publicações para definir os indígenas, suas ações culturais e práticas diversas. Também têm destaque a escolha dos entrevistados, se são indígenas ou não, quem ou quais interesses eles representam.

O Dia do Índio, criado em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas, através do decreto lei nº 5.540, devido à participação, tardia e receosa, dos indígenas no I Congresso Indigenista Interamericano, no dia 19 de abril, é nacionalmente marcado por atividades lúdicas nas escolas, com audição de músicas, pinturas faciais e brincadeiras que remetem às populações indígenas brasileiras, por vezes, também são feitas visitas às aldeias para assistir à apresentações realizadas pelos índios. Em seu texto, intitulado “*Todo Dia é Dia de Índio*”, o professor indígena, Ricardo Weibe Nascimento Costa (Weibe Tapeba), ressalta que o Dia do Índio abriga a visão mais genérica dos índios brasileiros, pois atribui a existência desses povos apenas ligada ao dia 19 de abril, no qual são feitas homenagens ao índio da ficção, sem sequer fazer reflexões sociais acerca dos direitos destes povos. Para ele, passado o dia 19 de abril, nem a sociedade, nem o governo agem de modo a valorizar os povos indígenas e suas diferenças. (FREITAS *et al.*, 2009, p. 26)

No *Jornal Diário do Iguçu*, são muitas as publicações que tratam deste dia específico. No recorte temporal pesquisado, as publicações dos primeiros anos são de cunho mais preconceituoso, exemplo disso é a publicação de 23 de abril de 2001, intitulada “*Kaingang festejam Dia do Índio com hábitos dos ‘brancos’*”, ou seja, o indígena existe em referência ao não-indígena e o fato de se comemorar a data com a realização de brincadeiras feitas pelos não-indígenas, ali intitulados “brancos”, remete à miscigenação cultural, ou seja, os indígenas estariam se aculturando ao não se alicerçarem apenas em suas tradições.

Na mesma notícia há uma foto de crianças indígenas jogando futebol em meio à comemoração, abaixo da imagem a legenda diz: “FUTEBOL De longe, nem parece que são indígenas, mas todos falam Kaingang”, desse modo, a representação do indígena se dá especialmente por sua aparência física e vestimentas, onde a imagem observada não seria a representação do índio ideal.

Há que se destacar também que são feitas três publicações em dias diferentes sobre o Dia do Índio, em 2001, o aspecto mais intrigante é que a primeira, do dia 19 de abril, noticiava a comemoração que seria feita, por meio de apresentações, naquele dia, destacando que haveria cobrança de ingressos para a compra de cestas básicas à indígenas residentes na

localidade de Praia Bonita; no dia 20 é feita uma publicação que aborda a realização das apresentações, mas no dia 23, a publicação supracitada, “*Kaingang festejam Dia do Índio com hábitos dos ‘brancos’*”, ressalta que a comemoração foi resultado da cobrança de ingressos do dia 19, destacando ainda que foram comprados 280 kg de carne de porco e gado além de bebidas, o tipo de bebidas, entretanto, não é especificado. A sequência das notícias pareceu apresentar os resultados de uma investigação sobre o destino dado ao dinheiro arrecadado com a cobrança de ingressos. Desse modo, os indígenas são retratados como mentirosos por estarem utilizando o dinheiro cobrado pelas apresentações para a realização de uma festa e não para a compra de cestas básicas.

Outro fator importante presente nas notícias do periódico sobre o Dia do índio, principalmente nos primeiros cinco anos do recorte pesquisado, é que, apesar das publicações apresentarem fatos referentes aos indígenas, na maioria das vezes as entrevistas são realizadas com não-indígenas, que falam em defesa deles, por exemplo, na notícia do dia 18 de abril de 2006, que trata da visita de indígenas Caiapó à Concórdia, é apresentada a fala de um sertanista que os acompanha, ou seja, a “voz autorizada” (Rocha, 2016) neste caso é alguém que diz representar seus interesses, falando sobre os traços culturais que o grupo pretende apresentar nos lugares visitados. Neste sentido, Douglas Sartirio da Rocha (2016) ressalta que é importante perceber como as escolhas sobre quem tem maior legitimidade para tratar do assunto revelam quem foi considerado mais importante na publicação, pois nos jornais

[...] transitam os assuntos e as discussões consideradas como de interesse social, o que por consequência, desperta uma sensação de que aquilo que ali está é o que há de mais relevante. Consequentemente, o que está escrito ou dito por alguém, muitas vezes, passa a representar certo dado ou acontecimento, como se fosse a realidade propriamente dita. (ROCHA, 2016, p. 136)

Com o passar dos anos, sob forte influência do processo movido pelo Ministério Público Federal contra o periódico analisado por racismo para com os índios, as publicações ganham novas conotações, nas quais os indígenas passam a ter voz, mas ainda assim o seu desenvolvimento e evolução são pautados nas diretrizes estabelecidas pela visão de progresso muito presente na mentalidade do colonizador. Exemplo disso, é a notícia intitulada “*Desenvolvimento e tradição*”, em que a comunidade indígena Toldo Chimbanguê é vista como uma aldeia “que acompanha mudanças e evolui, porém, tem como meta não deixar as tradições de lado” (19/04/2012). Neste sentido, o termo ‘porém’ denota contrariedade, ou seja, o desenvolvimento não está associado às tradições.

O Dia do Índio, portanto, é uma data em que se lembra das populações indígenas brasileiras, suas demandas e dificuldades, isto é nítido também nas publicações do *Jornal diário do Iguaçu*, entretanto, assim como ocorre com a sociedade e governantes, o periódico

pesquisado não visa valorizar a cultura indígena e suas especificidades, antes os trata de modo a demonstrar que suas práticas têm se afastado das tradições e da cultura do índio idealizado pelos não-indígenas.

3.3.2 Crimes

Os crimes encontrados durante a pesquisa que ganharam mais destaque pelo *Jornal Diário do Iguaçu* são: a morte do cacique da Terra Indígena Xapecó e vice-prefeito em Ipuacu, Orides Belino dos Santos e a morte do sindicalista Olices Stefani, em meio às disputas por terra, no município de Abelardo Luz. O primeiro ocorreu em maio de 2003 e o segundo em fevereiro de 2004, e, mesmo sob proximidade temporal, ambos são noticiados de formas muito diferentes pelo periódico, pois as publicações que tratam da morte do cacique apenas relatam como a morte ocorreu, sem qualquer manifestação de indignação ou entrevista com familiares da vítima. As publicações que tratam da morte de Stefani, entretanto, são carregadas de palavras que denotam a revolta da população, a dor dos familiares, incluindo também a ênfase na indignação de lideranças de entidades nacionais ligadas ao meio rural, assim como de autoridades e representantes políticos.

Na notícia do dia 16 de fevereiro de 2005, denominada “*Entidades lideram protesto contra assassinato de sindicalista*” a enorme lista dos participantes é enfatizada para demonstrar ao leitor a importância do protesto, do mesmo modo, o título da publicação busca reforçar este sentido, pois são pessoas de destaque que lideram e organizam o ato. A legenda abaixo da foto da vítima, que diz: “OLICES STEFANI Líder sindical tinha 52 anos de idade, casado era pai de três filhas”, apresenta o sindicalista e seus laços familiares, visando também sensibilizar os leitores acerca dos entes enlutados e sua dor com a morte do patriarca.

Ao apresentar as reivindicações das lideranças que organizaram o protesto, o jornal enfatiza as denúncias contra a Fundação Nacional do Índio (Funai), assim como a indignação dos envolvidos com a questão da demarcação de terras indígenas. Do mesmo modo, a publicação do dia 17 de fevereiro, que acompanha o desenrolar do protesto, reforça as queixas contra a Funai e o repúdio dos envolvidos contra a lentidão no processo de punição aos agressores, no caso, indígenas.

No que tange aos indígenas acusados da morte de Stefani, o *Jornal Diário do Iguaçu* enfatiza, desde a morte até o julgamento dos acusados, que a Funai os respaldou no deslocamento da Reserva de Mangueirinha (PR) até a Linha Embu, onde o crime ocorreu, assim como teria incitado os indígenas a invadir as propriedades dos agricultores ali residentes. Em três publicações que tratam do crime, os entrevistados integram a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc). Em uma delas, entrevista-se o

vice-presidente da entidade, Enori Barbieri, que considera o processo de demarcação de terras indígenas uma máquina do terror, que estaria levando muitos produtores ao desespero e ao suicídio. Embasado nestas entrevistas, nas publicações posteriores, o jornal claramente se posiciona contra a Funai e a demarcação de terras indígenas, criticando a demora em punir os indígenas acusados da morte do sindicalista de Abelardo Luz.

Na publicação de 18 de março de 2014, chamada “*dez anos da morte do sindicalista Olices Stefani*”, o jornal afirma que o sindicalista agiu de modo não-agressivo e mesmo assim foi impiedosamente fuzilado pelos indígenas, armados com uma carabina. Neste sentido, há uma representação que torna os indígenas criminosos cruéis, que impiedosamente fuzilam sua vítima. Stuart Hall, em sua obra *Cultura e Representação* (2016), afirma que existe uma conexão entre representação, diferença e poder, na qual o poder não se resume à restrição ou coerção física direta, mas pode marcar, atribuir e classificar, ou seja há poder na representação, um poder que se revela em termos simbólicos e culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira. (HALL, 2016, p. 193).

O *Jornal Diário do Iguaçu*, portanto, em sua representação dos indígenas como assassinos impiedosos, lança mão de seu poder, associado à autoridade jornalística que possui, por sua ampla circulação na região, para marcar e estigmatizar os indivíduos supracitados e seu grupo. Em um período de intensos conflitos por demarcação de terras indígenas, a escolha desta abordagem demonstra um posicionamento por parte do público leitor, que condiz com a opinião do jornal.

3.3.3 Disputa por terras

Iniciado o assunto disputa por terras, que marca os intensos conflitos entre indígenas e agricultores no oeste catarinense, a pesquisa apontou que cerca de metade das publicações encontradas no periódico são referentes ao tema. Este aspecto, portanto, terá destaque especial, de modo que, inicialmente, faremos uma abordagem mais ampla sobre tais disputas e, posteriormente, trataremos em específico dos embates em Toldo Chimbanguê, Toldo Imbu, Aldeia Condá, Toldo Pinhal e Araçá’í.

A colonização dos Campos de Palmas, que abrangem o atual oeste de Santa Catarina, deixou uma herança de conflitos concernentes à posse da terra, haja visto que a expulsão de populações Kaingang e Guarani das áreas que ocupavam e a expropriação destes territórios, têm resultado na reivindicação destes grupos pela recuperação de suas terras. Diante disso, estabeleceram-se disputas entre indígenas e não indígenas, que tornaram a região oeste catarinense palco de intensos conflitos no que tange à questão de terras, já que os indígenas

reivindicam seus direitos tradicionais e os agricultores atestam a compra das áreas cedidas pelo Estado às empresas colonizadoras.

O *Jornal Diário do Iguaçu*, com ampla circulação na região, desempenha importante função no que tange à divulgação dos embates relacionados à demarcação das terras indígenas. Apresenta, portanto, determinada imagem destas populações, que têm reivindicado a recuperação dos territórios que tradicionalmente ocupavam e lhes foram usurpados durante o processo de colonização.

No que tange aos indígenas Guarani, D'Angelis (2006) destaca que ocupavam a área de mata subtropical no oeste catarinense, sobretudo ao longo dos grandes rios e excetuando as bordas de campo. Por outro lado, os Kaingang ocupavam a mata de Araucária e seus campos intermédios. Tais características ambientais, entretanto, já não fazem parte da realidade regional, devido ao desmatamento, à poluição e à urbanização destes espaços. (D'ANGELIS, 2006, p.) Ainda assim, os indígenas, por se encontrarem fora de suas terras, essenciais para sua sobrevivência física e cultural, reivindicam retornar a estes espaços e sua iniciativa trouxe implicações que geraram conflitos, haja vista que as terras que antes ocupavam estão escrituradas em nome de agricultores, que as utilizam para realizar atividades agrícolas.

Clovis Antonio Brighenti, em seu livro *“Estrangeiros na própria terra: presença Guarani e Estados Nacionais”* (2010), destaca a identificação de 16 locais com presença indígena Guarani em Santa Catarina, em 2005. Entretanto, a regularização fundiária destes espaços encontra-se em situações distintas: em alguns a comunidade identificou como área de ocupação tradicional e aguarda a demarcação pelo órgão indigenista federal, há também grupos Guarani que vivem em território Kaingang, assim como há casos em que o grupo vive em local provisório até que possa recuperar seu Tekoa¹⁰, enquanto isso, os Guarani têm vivido em espaços ínfimos, sem qualquer condição de desenvolver atividades produtivas. (BRIGHENTI, 2010, p. 141)

Os Kaingang, do mesmo modo, reivindicam a retomada dos espaços tradicionalmente ocupados por eles, buscando a demarcação destas áreas para seu usufruto de modo que possam continuar a manter sua tradição, língua e cultura. A busca pela recuperação de seus territórios tem sido incansável, e por vezes pareceu interminável, mas os grupos Kaingang buscam demonstrar que há muito vivem nas áreas requeridas, revelando, portanto, que estão conscientes dos direitos que possuem sobre as terras. (NACKE *et al.*, 2007, p. 59-60)

¹⁰ *Teko*: Modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, *tekohá* é o lugar onde se dão as condições que possibilitam o modo de ser Guarani. (MELIÀ apud BRIGHENTI, 2010, p. 23)

No que tange à representação sobre os indígenas no *Jornal Diário do Iguaçu*, tem-se na maioria das vezes a dicotomia agricultor que produz e indígena que reivindica a posse da terra, sem nada produzir. Neste sentido, as publicações destacam que o indígena busca ocupar um espaço, já utilizado para práticas agrícolas, mas sem a intenção de dar continuidade à atividade que gera capital. Desse modo, torna evidente que no sistema capitalista o agricultor gera renda e lucro, enquanto o índio é o indivíduo que quer terra para viver sem trabalhar.

Outra característica muito destacada pelo jornal é de que os indígenas não possuem apoio da comunidade regional, enquanto os agricultores são amparados por entidades de importância nacional, assim como por representantes políticos e autoridades locais. A exemplo da publicação de 26 de fevereiro de 2003, intitulada “*Prefeitos vão à Brasília para defender os agricultores*”, que destaca a defesa dos agricultores por representantes políticos e trata da importância que estes representantes atribuem à produção agrícola, responsável pelo crescimento econômico dos municípios em que se situam. Ao reivindicar a posse das terras, os índios estariam, portanto, representando uma ameaça ao desenvolvimento econômico da região.

As publicações enfatizam também a posse das terras pelos agricultores por mais de 50 anos, afirmando que os indígenas há muito haviam deixado estes locais, entretanto, não são citados os motivos de sua saída das terras que ocupavam. Do mesmo modo, o periódico constantemente enfatiza a fala dos agricultores e seus representantes, sendo apenas nos últimos anos do recorte temporal pesquisado que alguns caciques ou agentes que representam os interesses dos indígenas ganham espaço de fala nas publicações. Com isso, na maioria das notícias apenas a demanda dos agricultores é apresentada, especialmente no que diz respeito ao desgaste emocional, insegurança e medo que estes estariam passando. Este posicionamento demonstra, portanto, o engajamento do *Jornal diário do Iguaçu* em defender os agricultores e apresentar os indígenas como os vilões que invadem propriedades e ameaçam os que, segundo o jornal, seriam os “proprietários das terras” e “produtores rurais”.

A reivindicação indígena pela demarcação de suas terras se define, portanto, na luta incessante entre índios e agricultores do oeste catarinense, que, segundo Anelise Nacke (2007), são vítimas do processo fundiário brasileiro, que deveria ser resolvido pelo Estado, pois, conforme Bringhenti (2010), foi o próprio Estado que instituiu uma política de espoliação dos territórios indígenas, já que durante o processo de colonização, a visão do Estado era de que havia terras reservadas em excesso para a população indígena, então elas foram gradativamente sendo reduzidas a pequenos aldeamentos, e o restante foram consideradas pelo Estado como devolutas e promovidas para o assentamento de agricultores.

(BRIGHENTI, 2010, p. 179-180). Desse modo, tem-se na atualidade uma constante disputa no que tange à demarcação das terras indígenas de ocupação imemorial.

3.3.3.1 Toldo Chimbangue (Sede Trentin)

No que tange à luta pela recuperação da terra imemorial no Toldo Chimbangue, Nacke e Bloemer (2007) destacam que

[...] os Kaingang foram expropriados de seus direitos de uso do seu território tradicional. Mas, ainda assim, algumas famílias Kaingang se mantiveram na região, vivendo com contratos de parcerias na condição de agregados e meeiros, em terras adquiridas por agricultores oriundos do Rio Grande do Sul. (NACKE *et al.*, 2007, p. 57)

Com o fim dos recursos necessários à exploração madeireira, tem início, no final da década de 1970, a disputa pela posse da terra em Sede Trentin, interior de Chapecó, quando os indígenas passaram a reivindicar a demarcação do Toldo Chimbangue. Após intensos conflitos, em 1985, foram demarcados 988 hectares de terra, que mais tarde poderiam ser ampliadas. Sobre este conflito, Nacke e Bloemer (2007) assinalam que a reivindicação dos Kaingang gerou confrontos com os proprietários das terras, resultando em muita hostilidade, havendo, inclusive agressões físicas entre a comunidade indígena e moradores regionais. (NACKE *et al.*, 2007, p. 61)

As autoras supracitadas destacam que, mesmo com a retomada de seus territórios, os Kaingang do Toldo Chimbangue tiveram dificuldades para se organizar social e politicamente, pois havia intensa intromissão por parte da Funai, que visava implantar na área sua administração baseada em moldes tradicionais. Neste sentido, foram impostos novos desafios ao grupo, que deixou de ser coeso e acabou se dividindo. (NACKE *et al.*, 2007, p. 63)

Em 1991, os Kaingang entraram com novo pedido para ampliar a área do Toldo Chimbangue, conforme havia sido ajustado no acordo em 1985, incorporando mais 975 hectares ao espaço já demarcado. Diante disso estabeleceu-se intenso conflito entre indígenas e agricultores, pois os agricultores queriam ser indenizados não apenas pelas benfeitorias, mas também pelas terras, entretanto, a ocupação tradicional da área a torna de domínio da União, que não pode comprar o que lhe pertence. Para Nacke e Bloemer (2007), embora esta segunda área tenha sido reconhecida e identificada, houve grande demora por parte do governo federal para providenciar as indenizações aos agricultores inseridos nesta terra de ocupação indígena. (NACKE *et al.*, 2007, p. 63)

No *Jornal Diário do Iguçu* são muitas as publicações referentes ao conflito em Sede Trentin, as notícias dos primeiros anos do recorte temporal pesquisado tratam do conflito de modo a destacar a propriedade da terra pelos agricultores, definindo os indígenas como

invasores, sequestradores e nômades, que poderiam ser assentados em outros locais para que os agricultores pudessem permanecer em Sede Trentin. No editorial de 16 e 17 de junho de 2001, o jornal afirma que os indígenas do oeste catarinense sempre viveram como nômades, assim como outras tribos no país, enquanto os agricultores pagaram pelas terras em questão e possuem escrituras assinadas há muitas décadas. Considera, portanto, ilegítima a reivindicação dos indígenas pela demarcação daquela área em específico, pois, defende que eles poderiam ser assentados em qualquer outro lugar.

A mobilidade dos Kaingang, segundo Kimiye Tommasino e Ledson Kurtz de Almeida, no artigo *“Territórios e territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista”* (2014), remete ao período anterior ao contato com as frentes de colonização, quando os antepassados indígenas viviam da caça e da coleta. Neste sentido, após o contato, se produziu um novo tipo de mobilidade, que deriva da expropriação territorial e das políticas de confinamento. Essa mobilidade, porém, tanto no período dos Kaingang caçadores-coletores como em épocas mais recentes, sempre se deu no interior de seus territórios. (TOMMASINO; ALMEIDA, 2014, p. 20-22)

Do mesmo modo que aponta a mobilidade como um fator que deslegitima a luta indígena pela terra, o jornal também utiliza os novos costumes desses grupos para afirmar que eles estariam se aculturando. Suas reivindicações, portanto, seriam inválidas. Neste sentido, a charge de 31 de janeiro de 2001, apresenta a imagem de um agricultor, que se revolta e ameaça um índio, prometendo-lhe sete palmos de terra. Ao correr, o indígena deixa cair um celular, demonstrando para o leitor que este não seria um índio autêntico.

Figura 1: Charge de indígena e agricultor em Sede Trentin.



Fonte: *Jornal Diário do Iguaçu*, 31/01/2001.

Para Carina Marcovicz e Oséias Oliveira (2010)

A cultura é recriada, pois sabemos que o conceito de cultura é determinado pelo tradicional juntamente com novas experiências que seria a mudança, desta forma os indígenas recriaram sua cultura pela necessidade de uma forma consciente, por exemplo, se eles usam calça jeans ou assistem TV é devido não por estes terem sido aculturados, mas sim porque o realizaram por opção. A mudança é um dinamismo da cultura, onde os índios possuem uma resistência adaptativa, colaboram com os europeus integrando-se a colonização, desta forma a cultura é recriada, as mudanças garantem colaboração, negociação, vantagens e melhores condições de vida por parte do indígena. (MARCOVICZ; OLIVEIRA, 2010, p. 4)

No que tange aos novos hábitos culturais, Laraia (1986) afirma que a cultura é dinâmica, pois os homens têm a capacidade de questionar os seus próprios hábitos e modificá-los. Neste sentido, o sistema cultural de determinado grupo tende a passar por constante processo de modificação, seja interna ou externamente, sendo no contato externo, entretanto, que ocorre mudança mais brusca e rápida em determinadas culturas. Segundo o antropólogo, surge então o conceito de aculturação, que trata das mudanças nos hábitos culturais e demonstra que a cultura está sempre mudando. Laraia afirma ser importante entender essa mudança para atenuar o choque entre gerações e evitar comportamentos preconceituosos. (LARAIA, 1986, p. 101).

Portanto, a colonização tornou necessária e até forçou a mudança nos hábitos culturais indígenas, já que a política indigenista antes da Constituição de 1988 visava a expropriação de suas terras e sua integração na sociedade, de modo que fossem extintos física e culturalmente. A partir de 1988, apesar do reconhecimento de suas especificidades enquanto grupo

diferenciado, não conseguiram viver da mesma forma que o faziam antes do contato com o colonizador, tendo de se adaptar à nova realidade que lhes fora imposta.

Quanto às entrevistas realizadas nas publicações, até o ano de 2006 não há qualquer fala dos indígenas, pois as vozes de destaque eram dos agricultores e lideranças que os representam. Poucas notícias trazem a fala de personagens que representam os indígenas e seus interesses, e os que o fazem são sempre funcionários da Funai, que, em geral, ocupam poucas linhas nas publicações do periódico. Percebe-se isso na notícia do dia 10 julho de 2001, denominada “*Indefinida questão de conflito entre índios e agricultores*”, na qual são relatados fatos sobre as famílias de agricultores desapropriados em 1986, quando foi demarcada a Terra Indígena Toldo Chimbanguê I. Na mesma publicação entrevista-se o administrador da Funai de Chapecó, Antônio Izomar Marini, entretanto, o único trecho publicado de sua fala diz “o ideal é que esse conflito seja resolvido o quanto antes”.

Nas notícias publicadas a partir de 2006, os indígenas chegam a ganhar espaço de voz no jornal, entretanto, sua fala é sempre contraposta a dos agricultores ou seus representantes. Num contexto de intensas disputas entre indígenas e agricultores pela posse da terra, a produção jornalística do periódico pesquisado se posiciona, portanto, em defesa dos agricultores, sem considerar relevantes as reivindicações e o contexto histórico da ocupação indígena em Sede Trentin, no oeste de Santa Catarina.

3.3.3.2 Toldo Imbu (Abelardo Luz)

O Toldo Imbu é uma área de ocupação tradicional indígena, que fora comprada por agricultores a partir de 1940, quando ocorreu a transferência dos indígenas que ali viviam para a Terra Indígena Xapecó. Tal transferência ocorreu sob a imposição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que, atendendo ao interesse da comunidade regional, visava confinar os indígenas em um único local e desocupar as terras nas quais habitavam. Segundo Nacke e Bloemer (2007), a riqueza natural da região tornou a atividade econômica exploratória o principal atrativo neste período, aliciando principalmente madeireiros gaúchos, o que obrigou os indígenas a ficarem confinados no Posto Indígena, assistindo à destruição de seu território tradicional, tanto na flora quanto na fauna, assim como em outros recursos. (NACKE *et al.*, 2007, p. 67-68)

Este método de espoliação foi comum no oeste catarinense, gerando, posteriormente, conflitos entre indígenas, que reivindicavam a recuperação da terra, e agricultores, que pagaram por seus títulos. No Toldo Imbu, a busca pela recuperação iniciou em 1998, quando nove famílias que estavam residindo na TI Xapecó retornaram à Abelardo Luz. Em 1999, a Funai constituiu um grupo de trabalho para realizar os estudos referentes à oficialização dos

limites desta terra indígena. O processo de demarcação gerou tensões na região, necessitando discussão e articulação política entre os Kaingang, a prefeitura de Abelardo Luz e a Funai. (NACKE *et al.*, 2007, p. 69-70)

No *Jornal Diário do Iguaçu* são encontradas publicações sobre o Toldo Imbu que tratam da disputa pela terra e suas consequências na comunidade regional, neste sentido, ganhou maior destaque a morte do sindicalista Olices Stefani por indígenas. O periódico aponta as reivindicações dos indígenas com termos como “invasão de propriedade”, “sequestro de veículos” e “cárcere privado aos agricultores”, do mesmo modo que retratou os indígenas acusados da morte de Olices Stefani como assassinos cruéis.

Em meio ao conflito, na publicação do dia 18 de fevereiro de 2004, é apresentado o Movimento de Defesa da Propriedade, Dignidade e Justiça Social (DPD), entidade de defesa dos agricultores, que, segundo o jornal, já havia conseguido algumas vitórias, como a reintegração de posse de propriedades invadidas, a devolução de veículos sequestrados por indígenas de Nonoai (RS) e o resgate de pessoas que ficaram em cárcere privado. Na mesma publicação entrevista-se o procurador da entidade, que questiona se os indígenas têm logística para se deslocarem de uma área para outra, como ocorreu em Abelardo Luz, ou se existem grupos que os conduzem nestas “invasões”, o mesmo também fala da morte de Olices Stefani, afirmando desejar que as pessoas ligadas à defesa indígena expliquem aos filhos de Olices e a sua esposa porque ele morreu. Desse modo, o periódico concede espaço para que apenas pessoas e entidades ligadas ao interesse dos agricultores se expressem, principalmente no que concerne à indignação pela forma como os indígenas reivindicam a demarcação de seu território.

Neste caso, o jornal aponta também o fechamento de estradas pelos indígenas como mais um dos crimes que cometeram. Somando a morte de um agricultor, o fechamento de estradas, o sequestro de veículos e o cárcere privado de pessoas ligadas à defesa dos agricultores, o periódico representa os indígenas de modo a causar na comunidade regional indignação e desejo de punição ou vingança. Hilda Dmitruk, em seu artigo “*Repensando os discursos e imagens sobre os indígenas*” (2003), ressalta que “nos meios de comunicação de massas, o mundo social indígena, em geral, vem sendo dado a conhecer sobre a base de categorias discriminatórias, com abordagens superadas e frequentes erros de interpretação e informação.” (DMITRUK, 2003, p. 291)

As publicações do *Jornal Diário do Iguaçu* abordam também a luta em defesa da terra por agricultores e o respaldo dado a eles por entidades e lideranças políticas da região, visando legitimar a reivindicação destes e representar os indígenas como um grupo violento

que ameaça a posse das terras tituladas aos agricultores. Em nenhum momento são entrevistados indígenas ou representantes da Funai para problematizar a ocupação imemorial dos indígenas e sua expulsão das terras que passaram a reivindicar.

É apenas em 2011, quando a terra indígena do Toldo Imbu é reconhecida, por meio da Portaria nº 793, como espaço de ocupação permanente dos Kaingang, que o periódico publica, em 14 de janeiro, uma entrevista com o juiz da 2ª Vara de Chapecó, na qual ele explica os motivos para manter a portaria que reconhece a terra indígena, ressaltando a validade do estudo antropológico como meio de provar a ocupação tradicional indígena na área em disputa, pois há cemitérios Kaingang presentes no local e umbigos de crianças enterrados ao pé de um imbu. Para o juiz, a demarcação da terra como indígena é, portanto, um simples cumprimento da Constituição. Porém, esta é a única publicação que apresenta um discurso em defesa dos direitos dos indígenas, embora a voz autorizada seja de um juiz federal e não dos indígenas.

Para D' Angelis e Focâe (1994, p. 50)

Infelizmente, o tratamento que a questão das terras indígenas vem recebendo em Santa Catarina está longe de representar mudanças no comportamento das autoridades com relação à década de 40. Talvez a única mudança real, perceptível, seja na fala dos agentes oficiais – de graduados funcionários da Funai a procuradores da República, em cujo discurso há uma clara manifestação em defesa e apoio aos índios, mas cuja prática muitas vezes deixa a desejar ou, em alguns casos, até chega a revelar uma estratégia anti-indígena escondida sob a alegação de ‘dificuldades burocráticas’. (D'ANGELIS; FOCÂE, 1994, p. 50)

Mesmo com a instituição do Decreto n. 7, de 1902, madeireiros e autoridades regionais instauraram um processo de expropriação das terras indígenas do Imbu, que desestruturaram e desarticularam seu modo de ser e suas tradições, causando todo tipo de sofrimentos e transformações na sociabilidade e na cultura dos grupos étnicos que ali viviam e de onde foram expulsos para a liberação das terras.

3.3.3.3 Aldeia Condá (Praia Bonita)

Esta é uma reserva indígena, ou seja, não é o local de ocupação tradicional do grupo que ali reside. O que explica a criação da reserva foi o acordo que convencionou a impossibilidade de criar uma área indígena no espaço urbano de Chapecó (SC), este sim local de ocupação tradicional Kaingang. Desse modo, foi comprada outra área para a ocupação deste grupo, localizada entre a Linha Gramadinho e Praia Bonita, interior de Chapecó.

No que concerne à ocupação dos Kaingang no perímetro urbano de Chapecó e sua posterior habitação na Aldeia Condá, Facco, Lemes e Piovezana (2008, p. 185) afirmam que, “antes da constituição do espaço urbano, os mesmos habitavam esse local e com a expansão e formas de organização da sociedade vigente, foram cada vez mais expulsos para as periferias

e destas para o ‘nada’”. Neste sentido, foi a partir de 1990 que a presença dos Kaingang no centro de Chapecó passou a ser considerada incômoda e desconfortável para a população do município (NACKE *et al.*, 2007, p. 73-74).

O grupo Kaingang que habitava nos bairros São Pedro e Palmital, era constituído por indígenas nascidos em Chapecó e outros provenientes de Nonoai, Iraí e Guarita (NACKE *et al.*, 2007, p. 74). Para que saíssem da área urbana, foi adquirido um novo território para o grupo. A compra dele, entretanto, demorou alguns anos para se efetivar e os indígenas puderam ser alocados no novo espaço apenas em 2001, antes disso, devido às demarcações anteriores na região, houve clima de tensão entre indígenas e agricultores.

No recorte temporal pesquisado, foram encontradas duas publicações referentes ao conflito, pois, ainda em 2001, foi encerrado o processo de compra da área reservada aos indígenas. No dia 17 de julho de 2001 o jornal publicou a notícia intitulada “*Sai esta semana escritura de parte da Aldeia Condá*”, na qual se destaca a compra das terras dos agricultores pelo governo federal e da escritura de 100 hectares de terra que foram repassadas aos indígenas da Aldeia Condá. Em 09 de agosto de 2001, o periódico faz a seguinte publicação: “*Agricultores começam a sair das terras de Praia Bonita*”, que trata da questão indígena em Praia Bonita, afirmando que ela está quase definida, e que, segundo a Funai, 75 famílias indígenas passariam a ocupar a área. Neste caso, devido à venda da terra sob o consentimento dos agricultores, não há qualquer menção à indignação por parte dos antigos proprietários, nem é enfatizada a reivindicação dos indígenas pela posse da terra, de modo que não há representação negativa sobre o grupo que passaria a ocupar o local.

Posterior à aquisição das terras, uma indefinição cercou os indígenas da Aldeia em questão, segundo Nacke e Bloemer (2007), foi a instalação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (UHE), que atingiu parte das terras que lhes eram destinadas. O acordo firmado entre Funai e ANEEL, em 2001, era de que o consórcio vencedor da licitação se responsabilizasse em ressarcir os Kaingang com 1,5 mil hectares de terra, além de recuperar o patrimônio ambiental afetado pela usina, visando garantir a sustentabilidade da comunidade indígena (FERNANDES, 2013, p. 122). Entretanto, até 2007, o Consórcio havia adquirido apenas 943 hectares, de modo que os indígenas estariam vivendo em condições precárias e sem um espaço definido para plantar suas lavouras (NACKE *et al.*, 2007, p. 74).

O *Jornal Diário do Iguaçu* publicou algumas notícias referentes à situação, enfatizando sempre o empenho do Consórcio para a aquisição das terras indígenas. Na publicação dos dias 23 e 24 de fevereiro de 2002, o periódico destaca que a compra não havia sido efetivada por fatores externos ao Consórcio, neste caso, seriam agricultores ligados ao

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que estariam impedindo o estudo prévio para a compra das glebas destinadas à fixação da comunidade indígena. Dois anos depois, outra publicação do jornal apresenta a justificativa do Consórcio para não cumprir o acordo de compra das terras, que seria a falta de caixa gerada pela instabilidade econômica do país e pela possível saída de uma das empresas que o compõe. Neste sentido, visa demonstrar os esforços que o Consórcio estaria empregando para cumprir o acordo e que ele não era efetivado por questões inerentes à empresa.

O *Jornal Diário do Iguaçu*, entretanto, pouco trata das implicações que a demora na compra das terras causou aos indígenas da Aldeia Condá, e quando o faz é de modo a distorcer as reivindicações do grupo Kaingang. Na publicação do dia 22 de maio de 2003, por exemplo, o periódico ressalta que “*Índios cobram terra e cestas básicas*” e aborda as cobranças dos indígenas em relação ao cumprimento do acordo firmado sobre a compra dos 1,5 mil hectares para usufruto da comunidade Kaingang. O jornal entrevista um representante do CIMI, que fala sobre a reivindicação dos indígenas referente a três acordos firmados com o Consórcio, e que ainda não haviam sido cumpridos. Exigiam a compra da terra, o repasse de cestas básicas até que as glebas fossem adquiridas e o financiamento nos estragos ambientais que o lago iria causar, estimado em R\$ 2 milhões. Desse modo, lendo a publicação na íntegra, é possível perceber que os indígenas não cobram terras e cestas básicas, eles apenas exigem o cumprimento do acordo que estabeleceu a distribuição de cestas básicas enquanto não recebessem a terra. O título, portanto, representa os indígenas como indivíduos que cobram o direito à terra e ainda querem receber alimentação de forma gratuita, assim como reforça uma visão de que eles não possuem independência financeira e recorrem a terceiros para que a resolvam.

Quanto à instalação da UHE Foz do Chapecó, Nacke e Bloemer (2007), destacam que o recuo do Consórcio no que tange à indenização causou graves problemas aos indígenas, que se estabeleceram na área sem poder realizar suas roças, nem gerir as terras, pois aguardavam o fim do processo. (NACKE *et al.*, 2007, p. 74). Neste sentido, estes Kaingang reivindicavam o cumprimento do acordo, que assegurava seu direito à terra e a autopreservação social e cultural, para tal, recorreram aos órgãos mediadores, que, segundo Fernandes (2014), trataram das negociações até 2010, quando o Consórcio finalmente transferiu à Funai R\$ 2 milhões e 1503 hectares de terras, de modo que os indígenas residentes na Aldeia Condá passaram a receber estes recursos e gozar de melhores condições. (FERNANDES, 2013, p. 122)

3.3.3.4 Toldo Pinhal (Seara)

A Terra Indígena Toldo Pinhal, localizada no Distrito de Nova Teotônia, interior de Seara, possui uma área de 893 hectares, que foram demarcados em 1996, após alguns anos do início do movimento de reivindicação destas terras, que ocorreu por volta de 1980. Conforme Giaretta (2017, p. 24), o ano de 1980 é um marco inicial deste processo, sendo que naquele momento, ainda haviam poucos indígenas nas proximidades da área que posteriormente viria a ser requerida.

A partir da década de 1990, os indígenas que estavam dispersos pelas redondezas da área, se veem diante de uma situação de insegurança, sem um espaço adequado para se abrigar, e iniciam um agrupamento significativo sob a liderança de João Maria Rodrigues, chamado “cacique teimoso”. Se alojaram nos locais mais íngremes em uma situação de penúria, que era facilmente identificada pela construção de suas moradias. “Como consequência desta realidade, os povos indígenas veem-se obrigados a adentrar nas propriedades de seus vizinhos para obter mantimentos necessários à sua sobrevivência”. (GIARETTA, 2017, p. 25)

Daí então, surge a luta pela demarcação de seus espaços de ocupação tradicional, que se efetivou em 1992 e ganhou força em 1993, quando a Funai fez o requerimento de estudo que culminou no início da demarcação do Toldo Pinhal (GIARETTA, 2017, p. 28). Junto ao processo de demarcação surge um intenso conflito entre indígenas e agricultores pela posse das terras.

O *Jornal Diário do Iguaçu* trata da demarcação do Toldo Pinhal de maneira semelhante ao que retrata na disputa em Sede Trentin e Abelardo Luz, nas TIs Toldo Chimbanguê e Toldo Imbu, respectivamente, ou seja, os indígenas são representados como invasores de terras, que fecham estradas e ameaçam os agricultores em suas propriedades. Na publicação de 08 de novembro de 2005, por exemplo, o periódico trata da ação de indígenas Kaingang que ocuparam uma casa vazia no interior de Seara, esta ocupação visava reforçar as reivindicações concernentes à demarcação de suas terras tradicionais. Na publicação é enfatizada a ameaça dos indígenas aos vizinhos da residência que “invadiram”, citando, inclusive os maus tratos que teriam empregado a uma senhora de 76 anos. Neste caso, a publicação visa retratar os indígenas como agressores de vítimas indefesas e invasores de propriedades alheias.

O periódico também ressalta na publicação supracitada, que segundo informações de uma rádio de Seara, o local não seria área indígena, entretanto, em entrevista, representantes da Funai afirmaram que a área é indígena. Diante da contradição, o jornal não faz questão de

investigar se o local integra a área reivindicada pelos indígenas ou não, deixando ao leitor que faça sua avaliação sobre a situação.

Outro aspecto presente nas publicações é a ênfase no fato de que os indígenas desejam mais terras, indicando o espaço reivindicado de 4 mil hectares como 500% maior que o já utilizado pelos Kaingang do local. Desse modo, os indígenas do Toldo Pinhal são representados como um grupo pequeno que deseja ampliar seu território e desalojar mais de 1,5 mil agricultores. Os números, neste caso, visam reforçar a imagem pejorativa que se deseja propagar sobre os Kaingang da área. Neste sentido, Hall (2016) aponta que a representação produz significados, ou seja, representar algo é retratá-lo por meio de uma descrição, modelo ou imaginação. A representação que o *Jornal Diário do Iguaçu* atribui aos indígenas, portanto, visa apresentá-los ao público leitor por meio do modelo elaborado sob a perspectiva do próprio periódico.

No que tange à disputa pela demarcação desta Terra Indígena, a reivindicação de mais 4 mil hectares, iniciada em 2007, fez eclodir novos conflitos entre indígenas e não-indígenas, principalmente agricultores que se recusam a desocupar a área sem receber pelas terras e benfeitorias. Conforme as próprias publicações do jornal pesquisado, as autoridades e lideranças locais se engajaram na luta em prol dos agricultores, seus discursos e ações, portanto, remetem à criminalização dos indígenas e à desvalorização de suas demandas. Fernandes e Piovezana (2015) afirmam que as demarcações realizadas pela Funai no Toldo Pinhal são fortemente contestadas pelas lideranças políticas locais, desse modo, o processo de delimitação foi judicializado e há anos segue em análise na Justiça Federal. Com isso, os indígenas continuam a viver no ínfimo espaço demarcado em 1996, sem perspectiva de recuperar seu espaço de ocupação tradicional.

3.3.3.5 Araça'í (Cunha Porã e Saudades)

Em 2000, um grupo de indígenas Mbiá Guarani, ocupa uma área de terra nas localidades de Araçá/Araçazinho, nos municípios de Cunha Porã e Saudades, oeste de Santa Catarina. Iniciam, com isso, o conflito pela demarcação da terra indígena Araça'í. Segundo Cemin e Langer (2003), uma retrospectiva histórica permite que o referido conflito seja identificado, de forma latente ou manifesta, desde 1923, entretanto, é apenas em 2000 que os desterrados do Araça'í ressurgem como um grupo étnico, determinado a retomar as terras tradicionais que lhes foram usurpadas.

A ocupação ganhou repercussão, fazendo com que a Funai, conforme a reivindicação dos indígenas, instaurasse um estudo para demarcar a área como terra de ocupação tradicional Mbiá Guarani. Desse modo, aumentam as tensões entre o grupo indígena e os agricultores

estabelecidos no local. O *Jornal diário do Iguaçu* faz diversas publicações sobre o conflito que se estabeleceu a partir de então, enfatizando sempre que as terras estão tituladas aos agricultores e que eles as possuem há mais de 70 anos. Considera, portanto, ilegítima a reivindicação indígena.

Conforme ressalta o periódico, “algumas destas terras já foram transferidas dos pais para os filhos e, finalmente, para os netos. São terras escrituradas com documentos de fé pública” (24/05/2002). Neste sentido, defende a posse da terra pelos agricultores. Do mesmo modo, destaca-se que a presença dos indígenas naquele local é recente, pois, na publicação supracitada consta que eles teriam sido levados para Araçá apenas em 2000, quando lá ocuparam 49 hectares de terra.

As publicações do *Jornal Diário do Iguaçu*, também visam demonstrar ao leitor que, com a demarcação, seriam inúmeros os agricultores a desocupar o local, enquanto poucos indígenas passariam a residir ali. Neste caso, os números visam reforçar a mensagem que se quer passar por meio da notícia, de que muitos são os agricultores que vivem e produzem naquele espaço e poucos são os indígenas que querem ocupá-lo, sem a intenção de produzir em grande escala, ou seja, a perda de produção seria grande com a saída dos agricultores das terras.

O mesmo aspecto também é destacado pelo periódico na publicação do dia 05 de setembro de 2001, na qual entrevista-se o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipuacu, que fala da situação conflituosa que se estabeleceu em Cunha Porã e Saudades devido à reivindicação indígena pela posse da terra. Segundo o entrevistado, “A resistência dos agricultores é maior devido ao fato de que a área é completamente mecanizada, ou seja, seu custo se torna ainda mais elevado”. Neste sentido, a disputa pela terra também abrange questões de capital, nas quais os indígenas exercem função pouco relevante, já que, por não produzir, não contribuem para o desenvolvimento capitalista.

No que tange aos conflitos pela demarcação das terras indígenas dos Guarani, Brighenti (2010) afirma que os não-indígenas tentam negar-lhes o direito à terra, dividindo-os, classificando-os e buscando explicações sobre o que já está estampado na expressão daquilo que é. (BRIGHENTI, 2010, p. 167)

Para Cemin e Langer (2003, p. 254), “[...] o caso do Araçá’í é um exemplo contundente da resistência e sobrevivência indígena”, na qual os Guarani, graças ao resguardo e manipulação de elementos culturais distintivos, têm removido “[...]o véu que os ocultava e negava como sujeitos históricos. A reterritorialização desse grupo é uma conquista histórica

em se tratando de um reparo (ainda que tardio) de injustiças legalizadas pela lei dos mais fortes.” (CEMIN; LANGER, 2003, p. 255)

Entretanto, a conquista deste grupo parece estar ainda distante, haja visto que, para amenizar a ausência de seus espaços de ocupação tradicional, o governo federal repassou R\$ 8 milhões à Funai para a compra de um novo local, situado no município de Bandeirante, de modo que os indígenas Guarani possam se assentar ali até que o conflito, que se arrasta há 18 anos, seja definido. Esta área, porém, não é o território de ocupação original do grupo e seu estabelecimento nela poderia resultar em uma fixação permanente para facilitar que a posse da terra seja garantida aos agricultores.

No que tange à demora na demarcação das terras indígenas, representantes do CIMI ressaltam a inconstitucionalidade dos projetos de decretos legislativos que visam sustar estes processos, sendo que, segundo o assessor jurídico do CIMI, Paulo Machado Guimarães, as Portarias declaratórias e de determinação de demarcação da terra indígena Guarani de Araça’í não têm caráter normativo, mas se configuram em atos materialmente administrativos, que decorrem de uma determinação legal, vigente na Constituição de 1988. (GUIMARÃES, 2008, p. 9). Sustar os efeitos destas portarias para amenizar os conflitos entre indígenas e agricultores é, portanto, inconstitucional.

Destarte, além de perder seus territórios durante o processo de colonização do oeste catarinense, os Guarani que reivindicam a recuperação da terra indígena Araça’í se veem diante da morosidade no processo de demarcação de seus territórios e do descaso de agentes governamentais e comunidade regional, que não os compreendem como grupo étnico de cultura diferenciada. Do mesmo modo, as representações que o *Jornal Diário do Iguaçu* lhes atribui visam enfatizar uma recente chegada desses indígenas ao local, desconsiderando sua ocupação tradicional e, com isso, a luta pela recuperação da terra. O periódico define seu modo de ser como impróprio para habitar uma área de produção rural, ressaltando também que a luta destes não é legítima, pois estaria ocorrendo sob a influência de terceiros, que também os teriam transportado até o local.

3.3.4 Indígenas no espaço urbano

O espaço urbano de Chapecó e da região oeste é lugar de intensa presença indígena, entretanto, tal presença não ocorre na proporção que anteriormente já fora. Facco, Lemes e Piovezana (2008) discorrem sobre os indígenas que permanecem ou perambulam pelo espaço urbano de Chapecó, destacando que muitos deles são remanescente da cidade, pois seu grupo foi desapropriado destes espaços que antes lhes pertenciam por meio de entendimento da sociedade, que os colocou em uma nova realidade, na zona rural, onde os indígenas não

possuem experiências, especialmente com as práticas agrícolas e, por isso, acabam voltando a ocupar os espaços urbanos. (FACCO; LEMES; PIOVEZANA, 2008, p. 184-185). Neste sentido, tem grande importância a venda do artesanato, prática cultural que ajuda no sustento destes indígenas.

Os indígenas Kaingang de Chapecó foram expropriados de seus territórios, que se tornaram majoritariamente urbanos após sua colonização, devido aos interesses da sociedade não-indígena pela posse de suas terras. Segundo os autores supracitados, com o processo de urbanização da região, os grupos indígenas foram alocados em áreas de difícil acesso e com poucas possibilidades de sobrevivência, desse modo, retornam aos espaços urbanos como peregrinos para vivenciar um processo de exclusão, discriminação e preconceito por parte dos não-indígenas. (FACCO; LEMES; PIOVEZANA, 2008, p. 185).

Arlene Renk, em seu texto “*Território e alteridade: construções sociais do oeste catarinense*”, discorre sobre a questão da formação do território nos Campos de Palmas, que abrangem o atual oeste de Santa Catarina, de modo que a presença indígena na região remete à questão da territorialidade enquanto uma construção social e simbólica, ou seja, representa a “comunhão” de uma população com o território, por meio de uma dimensão simbólica. (NACKE *et al.*, 2007, p. 15-16)

A expropriação destes territórios se dá pelo não reconhecimento régio acerca da ocupação destes territórios pelas populações indígenas, enquanto a entrada e posse da terra pelos paulistas é considerada por Renk como a representação de uma forma permanente de alteridade, ou seja, se define como “o momento histórico em que passaram a ser diferentes, a ser vistos como diferentes, a ser vistos e tidos como os indesejáveis e da condição não-humana”. (NACKE *et al.*, 2007, p. 20)

No *Jornal Diário do Iguçu*, a presença indígena no espaço urbano é admissível apenas sob de tutela, principalmente de órgãos assistencialistas, isto pode ser visto com nitidez em todas as publicações encontradas sobre este tema. Os indígenas na área urbana da região oeste são considerados um problema que deve ser resolvido pela Funai ou pelo Conselho Tutelar e até mesmo pela polícia. Exemplo disso é a publicação de 21 de janeiro de 2011, onde a situação dos indígenas é considerada uma vergonha, pois remete à mendicância, à prostituição e ao alcoolismo. De modo que o autor acusa a polícia e a Funai de não resolverem a situação.

Na mesma publicação o autor afirma ser necessária a criação de políticas públicas para a manutenção dos indígenas na reserva, onde poderiam ser bem alimentados, educados e teriam seus direitos preservados. Por fim acusa-se o governo federal de negligência por

efetuar demarcações de terras indígenas, ameaçando tirar das terras os agricultores que produzem, sem antes resolver os problemas sociais que os indígenas vivem. Neste sentido, a presença indígena no espaço urbano é relacionada aos conflitos por terra, onde os indígenas, para além dos problemas sociais que vivem, estariam também retirando os agricultores que produzem de suas terras. Ademais delimita-se um espaço onde a presença indígena seria aceitável, as reservas, entretanto, deve-se observar que a demarcação destas reservas é vista de forma negativa, ou seja, para o autor, os indígenas devem ser confinados em lugares que ele nem deseja que existam. As ideias no mínimo se contradizem.

Os conflituosos processos de demarcação de terras indígenas, que resultaram na formação de reservas, são vistos de forma negativa pelos não-indígenas, entretanto, após a efetiva ocupação destes espaços pelos Kaingang, diversas entidades e autoridades locais veem nestas áreas os únicos espaços em que este grupo deve permanecer. Não reconhecem, portanto, a ocupação imemorial dessas populações nestes locais, nem compreendem sua territorialidade.

3.3.4.1 Crianças indígenas no espaço urbano

Conforme supracitado, a venda de artesanato é uma prática cultural e fonte de renda para muitas famílias indígenas, mas que, por ocorrer em espaços urbanos, é tida pela sociedade oestina como um problema, principalmente no que tange à presença de crianças indígenas nas áreas centrais dos municípios. Essa visão negativa ganhou respaldo ainda maior com a morte de Naman Rosa, indígena Kaingang, de 9 anos de idade, que comercializava artesanato e foi atropelado no centro de Chapecó, em janeiro de 2017. A partir de então, as discussões ganharam força entre os órgãos públicos do oeste catarinense, que passaram a cobrar ações da Funai e do Conselho Tutelar acerca das problemáticas relacionadas à venda de artesanato por crianças e adolescentes indígenas no perímetro urbano dos municípios da região. Devido à essas cobranças, o *Jornal Diário do Iguaçu*, na publicação do dia 18 de fevereiro de 2017, elogia a ação do Ministério Público Federal em discutir e tentar resolver a questão da venda de artesanato por indígenas na cidade de Chapecó, o elogio provém principalmente do fato de que foi definido o reforço à campanha “Não dê esmola” para que a população não faça contribuições financeiras às crianças indígenas situadas na zona urbana.

Desse modo, é nítido o desconforto da população e autoridades em que haja indígenas vivendo e comercializando nas áreas urbanas da região oeste de Santa Catarina, no caso das crianças indígenas, os argumentos utilizados são o abandono e a falta de cuidados que elas estariam sofrendo, na publicação do dia 18 de fevereiro, entretanto, não são realizadas entrevistas com indígenas ou representantes da Funai para tentar entender a situação.

O mesmo não pode ser dito da reportagem publicada no dia 20 de fevereiro de 2017, na qual são entrevistados representantes do Conselho Tutelar de Chapecó e do Conselho Indigenista Missionário, de modo que ambos destacam suas visões acerca da presença de crianças indígenas no perímetro urbano de Chapecó. Para a conselheira tutelar Laurita Canova, a venda de artesanato por crianças indígenas é trabalho infantil e as medidas cabíveis devem ser aplicadas segundo as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que visa proteger as crianças, realizar os devidos encaminhamentos aos pais, prestar assistência e orientar. Já o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Jackson Santana, afirma que a questão é cultural e que o ECA deve entender as especificidades culturais dos indígenas, destacando que as crianças indígenas não têm creche e precisam acompanhar os pais em seu trabalho. Neste sentido, o coordenador do CIMI ressalta que estes pais cuidam das crianças de maneira adequada e que o discurso de que elas estariam desprotegidas provém de entes públicos que não conhecem a realidade da população Kaingang e Guarani. De forma rara, o *Jornal Diário do Iguaçu* apresenta, portanto, os argumentos relativos aos dois lados: um que deseja limitar a presença de crianças indígenas no espaço urbano e outro que enxerga a prática como uma questão cultural, na qual as crianças são assistidas e protegidas pelos pais.

No artigo de Giovana Didoné Piovezana, Leonel Piovezana e Maurício Roberto da Silva, intitulado “*As crianças indígenas em movimento no cotidiano das ruas da cidade: entre o trabalho e a cultura lúdica*” (2016), os autores destacam que, em Chapecó,

As crianças e as famílias indígenas que perambulam pelas ruas da cidade são submetidas ao preconceito, maus-tratos, violências diversas, indiferença e a vários constrangimentos (de classe, raça/etnia, cultura e geração), os quais são engendrados pelas condições precárias: mendicância, saúde, trabalho precário e precoce e diversas mazelas culturais, psicológicas e sociais. (PIOVEZANA, G. D.; PIOVEZANA, L.; SILVA, 2016, p. 6)

No que tange à comercialização de artesanato por crianças indígenas, os autores afirmam que o “trabalho-ajuda” delas junto aos pais não pode ser considerado exploração do trabalho infantil, pois a exploração do trabalho infantil, pressupõe uma forma de trabalho alienado, em que outro é beneficiado com a acumulação de riquezas. No caso das crianças indígenas, os autores apontam que, pelo espírito de coletividade e de afeto na relação dos pais para com elas, talvez o “trabalho-ajuda” não signifique efetivamente uma carga tão pesada, entretanto, ressaltam, que isso só poderá ser confirmado após estudos mais aprofundados. Os autores também destacam que muitas vezes o senso comum culpabiliza os pais como responsáveis por levar as crianças para as ruas, desconhecendo, portanto, a história dos povos originários e as dificuldades que encontram devido à situação de miséria a que foram

submetidos ao longo da história. (PIOVEZANA, G. D.; PIOVEZANA, L.; SILVA, 2016, p. 10-14)

A espoliação dos territórios e a dizimação das populações indígenas são heranças deixadas pelo processo de conquista do atual território brasileiro. Na área onde hoje situa-se a região oeste de Santa Catarina, o processo de colonização por descendentes de europeus marcou profundamente as populações indígenas, que tiveram seus traços culturais alterados, pois necessitavam se adaptar à cultura dominante para sobreviver à chegada do colonizador. A presença indígena em espaços urbanos, portanto, reflete a violência que estes povos sofreram após o contato com os não-indígenas, no qual foram discriminados, inferiorizados e explorados, sendo que, por estarem atualmente em situação de abandono por parte do Estado, buscam sobreviver com a venda de artesanato nas cidades.

Segundo Facco, Lemes e Piovezana (2008), os indígenas Kaingang e Guaraní que hoje preambulam pela cidade, são seres humanos que no processo de encontro com outro povo foi dominado e impossibilitado de ver seus horizontes, foi escravizado, humilhado e enjaulado. (FACCO; LEMES; PIOVEZANA, 2008, p. 202). Entretanto, conforme analisamos nas publicações do *Jornal Diário do Iguaçu*, a sociedade e governantes não reconhecem sua história e suas especificidades culturais, considerando a presença indígena nos espaços urbanos um problema a ser resolvido pelas autoridades ou por órgãos de assistência.

3.3.5 Estereótipo

Conforme Stuart Hall (2016), a representação envolve o exame mais aprofundado de um conjunto de práticas representacionais que podem ser denominadas estereotipagem. A estereotipagem diz respeito a entender “o particular” em termos de seu “tipo”, ou seja, compreender algo por meio de um regime geral de classificação no qual ele se encaixa. As pessoas, neste caso, são construídas por meio das informações que acumulamos ao posicioná-las dentro das diferentes ordens de tipificação.

Conforme Hall (2016), a estereotipagem consiste, portanto, em atribuir poucas características sobre uma pessoa, de modo que tudo sobre ela passa a ser reduzido a estes traços, que são, posteriormente, reduzidos e simplificados. As charges, enquanto parte das publicações do *Jornal Diário do Iguaçu*, apresentam traços simplificados e exagerados sobre os indígenas, que consistem no modo como o periódico retrata os mesmos.

A charge do dia 05 de janeiro de 2001, por exemplo, trata da questão relacionada à saúde indígena, haja vista as demandas destas populações no que concerne ao atendimento pela Funasa, órgão responsável pela assistência aos indígenas até 2010, quando a responsabilidade passou a ser da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Neste

sentido, há uma representação de que os indígenas só têm interesse em receber atendimento se for gratuito.

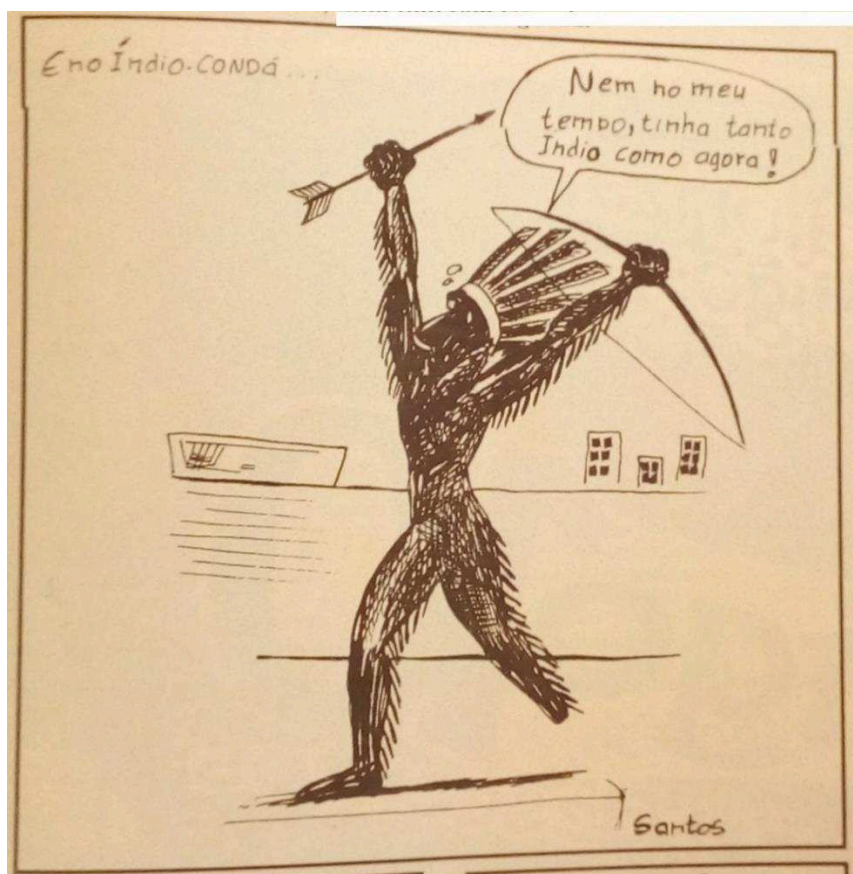
Figura 2: Charge sobre a saúde dos indígenas.



Fonte: *Jornal Diário do Iguçu*, 05/01/2001.

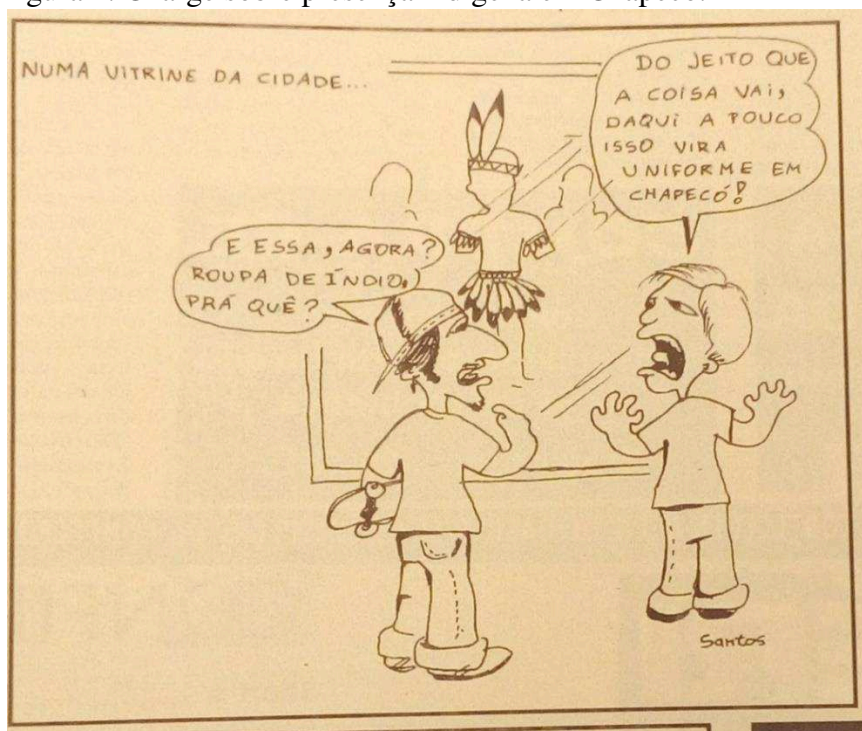
Na charges do dia 02 de março de 2001 e 26 de março de 2001, os indígenas são representados como um grupo que têm um número considerável de integrantes, isso se deve à mudança dos Kaingang, que antes residiam em outras Tis, em Rio Grande do Sul e Paraná, e voltaram para a região, com o objetivo de recuperar as terras que ocupavam antes da colonização. O período de publicação das charges condiz com os intensos conflitos entre indígenas e agricultores em meio aos processos de demarcação das terras indígenas.

Figura 3: Charge sobre a presença indígena na região oeste de Santa Catarina.



Fonte: *Jornal Diário do Iguaçu*, 02/03/2001.

Figura 4: Charge sobre presença indígena em Chapecó.



Fonte: *Jornal Diário do Iguaçu*, 26/03/2001.

A charge, neste caso, cumpre a função de trabalhar com a dualidade do “sério” e do “ridículo”, ou seja, “[...] as representações contidas nas charges têm as dimensões da crítica e do humor que, por vezes, ridicularizam aquilo que está sendo representado. (BRITO, 2006 apud COELHO, 2016, p. 5). Explora-se, portanto o cunho satírico da charge para representar os indígenas de forma simplista e preconceituosa, relacionando sua presença na região com a futura mudança de hábitos da comunidade em geral, haja visto que eles passariam a “dominar”, em contingente populacional, os espaços que habitariam e suas proximidades.

No que concerne à disputa pela posse da terra, destacamos duas charges publicadas em meio ao conflito com agricultores de Sede Trentin, interior de Chapecó, onde os Kaingang reivindicavam a demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbanguê II. A charge do dia 25 de janeiro de 2001, apresenta os indígenas como homens de semblante fechado, que parecem vigiar a terra que tomaram posse, enquanto os agricultores, decepcionados e tristes, saem apenas com suas roupas e uma pequena “trouxa”.

Do mesmo modo, a charge dos dias 16 e 17 de junho de 2001, destaca que o indígena deseja usar de violência para com o agricultor, ao passo que este deseja resolver a situação com um jogo lúdico, típico da cultura dos descendentes de europeus habitantes da região oeste de Santa Catarina. Neste sentido, os indígenas são representados sob o estereótipo que os define como pessoas de traços rudes e duros, que vivem de assistência e se reúnem em grande número nos locais passíveis de ocupação, visando desapropriar os agricultores.

3.3.6 Reivindicações indígenas

As reivindicações indígenas, geralmente dizem respeito à garantia de seus direitos, ou seja, demarcação de terras de ocupação tradicional, atendimento médico e odontológico, acesso à educação, entre outros. Apontamos a ocorrência de tais reivindicações como resultado de um processo histórico no qual os indígenas foram tutelados do estado nacional, sofrendo todas as formas de violência, individuais e coletivas. E, apesar da conquista do direito à autodeterminação na Constituição Federal de 1988, sua situação não se alterou muito, de modo que continuam lutando por maior autonomia e respeito por parte da sociedade envolvente e dos poderes instituídos. (ALMEIDA; TOMMASINO, 2014, p. 21)

Desse modo, são constantes os atos realizados por indígenas que visam chamar a atenção da sociedade e governantes para suas necessidades. Os atos mais comuns são fechamento de estradas e rodovias, ocupação da sede da Funai, apresentações artístico-culturais, promoção de encontros e reuniões com autoridades políticas e representantes da Funai.

No *Jornal Diário do Iguaçu*, as reivindicações dos indígenas, geralmente, são apresentadas de três formas: a) é realizada apenas uma descrição da reivindicação, com ou sem entrevista aos caciques ou representantes da Funai; b) é apresentado um título que estigmatiza os indígenas, visando impactar o leitor; c) o título faz parecer que os indígenas estão recebendo algum benefício ou ajuda, ao passo que no decorrer da publicação evidenciam-se o “benefício” como resultado das reivindicações feitas pelos indígenas.

As publicações sobre as reivindicações indígenas que apenas apresentam uma descrição dos objetivos que os indígenas desejam atingir, são mais comuns nos primeiros seis anos do recorte temporal pesquisado, exemplo disso é a notícia do dia 10 de maio de 2002, intitulada “*Encontro reúne líderes indígenas e representantes da Funai*”, na qual são apresentados os desejos dos indígenas por maior atenção da sociedade e garantia de igualdade de direitos, assim como as reivindicações por maior espaço de terras indígenas demarcadas para que as comunidades possam praticar a agricultura.

A publicação dos dias 20 e 21 de abril de 2004, chamada “*Índios acampam em Brasília*”, também faz uma breve descrição sobre a reivindicação dos grupos indígenas que acamparam em frente ao Ministério da Justiça, em Brasília, visando a regularização da situação fundiária de terras indígenas brasileiras. Em ambas as publicações, o periódico nitidamente se abstém de fazer comentários ou emitir uma opinião, preferindo destacar, portanto, as entrevistas realizadas com representantes da Funai, que relatam a situação dos indígenas e as necessidades que os levaram a protestar.

As publicações cujos títulos estigmatizam os indígenas para impactar o leitor são concernentes às reivindicações por demarcações de terras indígenas específicas, ou seja, quando os indígenas se reúnem com lideranças políticas para tratar da ampliação de suas terras não são representados pelo jornal de forma muito negativa, entretanto, quando suas reivindicações dizem respeito a um território específico, as publicações, em geral, os imputam uma imagem negativa, dedicando por vezes espaços em notícias que, em seu título, não fazem referência à demarcação daquele território, mas que o periódico aborda para relembrar ao leitor que a busca dos indígenas pela posse da terra afeta os agricultores.

Neste sentido, é preciso destacar a publicação do dia 01 de abril de 2004, que, apesar do título “*Guaranis mudam acampamento para a calçada*”, ao final, é citada a reivindicação dos indígenas Kaingang, destacando a fala do cacique da terra indígena Toldo Chimbanguê, Idalino Fernandes, que afirma “Ninguém mexeu com a gente nem vai mexer, de lá ninguém nos tira” (01/04/2004). Neste caso, no recorte de texto publicado, parece que o cacique faz uma ameaça aos agricultores residentes em Sede Trentin, de modo que todos os indígenas passam a ser considerados pessoas violentas.

As publicações do periódico que intitulam os resultados das reivindicações indígenas como benefícios ou ajuda recebidos são mais recorrentes nos anos finais do recorte temporal pesquisado, por exemplo, na publicação do dia 02 de julho de 2012, intitulada “*Aldeia Kondá recebe força-tarefa*”, é destacada a ação idealizada pelo Instituto Saga, DRS Indígena do Banco do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Instituto Geral de Perícias para confeccionar documentos aos indígenas. No decorrer da notícia, entretanto, fica claro que a demanda pela confecção destes documentos surgiu devido à sua falta em casos que os indígenas necessitavam, para realizar viagens, por exemplo.

A representação do jornal em relação às reivindicações indígenas oscila, portanto, entre a indiferença, o pronto atendimento às suas necessidades ao se oferecer benefícios e ajudas, assim como reforça o estereótipo de que os indígenas recorrem à violência para ter suas reivindicações atendidas, especialmente quando concerne à demarcação dos territórios de ocupação tradicional.

3.3.7 Inclusão indígena

Diante da presença indígena em espaços de ocupação maciça dos não-indígenas, há políticas públicas que visam a inclusão dos indígenas nestes espaços, dessa forma, oportunizam a estas populações a inclusão e a assistência social, como o acesso à saúde e à moradia, a formação bilíngue e o ingresso e permanência nas instituições de ensino superior. Neste sentido, busca-se criar políticas públicas que assegurem os direitos sociais indígenas.

No periódico pesquisado, as publicações que tratam da inclusão indígena se dividem em quatro assuntos, alguns desses já citados, que são: campanha de instituição religiosa em prol da valorização cultural indígena, formação de professores bilíngues, programa de habitação que beneficia os indígenas e o ingresso e permanência destes no ensino superior público.

No dia 14 de fevereiro de 2002, o *Jornal Diário do Iguaçu* faz uma publicação referente à Campanha da Fraternidade promovida pela Igreja Católica Apostólica Romana, que anualmente aborda um tema alusivo à realidade social brasileira, e naquele ano tratava dos povos indígenas. Na publicação, em nenhum momento há qualquer posicionamento por parte do jornal, o único parágrafo que não destaca a fala do bispo responsável pela campanha em Chapecó, apresenta apenas uma descrição da Campanha e seu tema. Neste sentido, fica evidente que a autora da notícia enfatizou em todos os momentos que a fala em defesa dos indígenas partia do bispo da Igreja Católica de Chapecó.

Quanto à formação bilíngue, o acesso à habitação e ao ensino superior em instituições públicas, o jornal acentua em todas as publicações que estes são benefícios ou ajuda oferecidos às populações indígenas por iniciativa de instituições e órgãos que se empenham em resolver os problemas sociais indígenas, mesmo que isso não seja sua responsabilidade. A publicação do dia 31 de julho de 2006, intitulada “*Formação para professores Kaingangues*”, por exemplo, destaca a promoção de curso para formação bilíngue aos professores indígenas, que, segundo o jornal, foi promovido pela Secretaria da Educação, Ciência e Tecnologia, visando qualificar o sistema de ensino indígena, apesar dos sérios problemas que afligem estes povos. Do mesmo modo, a publicação do dia 15 de novembro de 2012, destaca a iniciativa da Caixa Econômica Federal em oferecer habitações aos indígenas, que, segundo o jornal, será pago quase na totalidade pelo governo federal. O periódico ressalta que esse é um sonho que se realiza para os indígenas e que o dia da assinatura do contrato ficará marcado na história das aldeias cujos membros seriam contemplados, assim como enfatiza a extrema pobreza de um indígena que receberá a nova moradia para supervalorizar a ação realizada pela Caixa Econômica Federal.

Neste sentido, o jornal supervaloriza as ações que visam a inclusão social indígena, destacando que seriam iniciativas caridosas para com estas comunidades, que estariam envoltas por problemas sociais e com poucos membros qualificados para a atuação profissional. A valorização da cultura indígena, entretanto, não é tema de destaque para o jornal, sendo assunto de mera descrição, tratado por meio de entrevista.

Conforme Fabiana Luiza Negri e Ana Soraia Haddad Biasi, em seu artigo “*As políticas públicas para as populações indígenas: a experiência em Chapecó*” (2013), as políticas sociais brasileiras destinadas às populações indígenas nunca foram condizentes com suas reais necessidades, pois a relação do país com essa população se alternou entre uma lógica de expulsão, exclusão e confinamento e uma lógica de atrelamento ao Estado, especialmente com uma política assistencialista (NEGRI; BIASI, 2013, p. 5). Neste sentido, as autoras apontam o assistencialismo como um mecanismo de repressão e imposição de uma cultura sobre a outra. Aos indígenas, portanto, não é o assistencialismo que se configura como benéfico para a preservação de sua cultura, este inclusive lhes impossibilita de viver de forma autônoma, mas o atendimento efetivo de suas demandas e a garantia de seus direitos sociais é que pode lhes proporcionar melhores condições de vida.

3.3.8 Homenagem aos indígenas

A presença indígena na região oeste ocorre desde tempos imemoriais, entretanto, devido aos conflitos por terra, a sociedade não-indígena não os reconhece em suas especificidades, preferindo defini-los sob estereótipos preconceituosos. Portanto, são poucos os momentos em que estas populações recebem alguma homenagem por parte da comunidade regional. No *Jornal Diário do Iguaçu*, no recorte temporal pesquisado são apenas duas as publicações que fazem homenagem aos indígenas.

A primeira publicação é do dia 18 de março de 2013 e a segunda dos dias 08 e 09 de março de 2014. A primeira, chamada “*As duas margens do rio*”, presta homenagem aos Kaingang da Aldeia Condá e a segunda, intitulada “*Índia morre aos 115 anos*” homenageia a trajetória de luta de Ana da Luz Fen’Nó, indígena da Aldeia Toldo Chimbanguê. Ambas as publicações fazem uma contextualização histórica sobre os personagens homenageados, mas a do dia 18 de março de 2013 ocupa duas páginas inteiras do jornal, fato inédito, especialmente por se tratar de homenagem a um grupo étnico que é discriminado e estigmatizado em meio aos conflitos por terra no oeste de Santa Catarina.

Há que se ressaltar, inclusive, a intensa participação dos indígenas da Aldeia Condá e de Ana da Luz Fen’Nó na luta pela recuperação dos territórios Kaingang do município de Chapecó. Apesar de já ter sido citada a representação negativa sobre os indígenas, no que concerne à disputa por terras da região, as duas publicações os apresentam como os povos originários e, portanto, primeiros donos das terras. Este é outro aspecto inédito, especialmente pelo fato de que em todas as publicações anteriormente analisadas os indígenas são representados como os primeiros a habitar estes espaços, mas que deixaram seus territórios, de modo que os colonos os compraram.

Entretanto, apesar destes aspectos inéditos, inclusive a própria homenagem atribuída aos indígenas, o periódico se contradiz e torna a apresentar os hábitos indígenas de forma preconceituosa, por exemplo, quando trata das moradias e hábitos dos Kaingang da Aldeia Condá, consta no texto que ao lado de uma residência, “[...] logo abaixo da janela lateral, uma pilha de roupas se encontra no chão próximo ao tanque como se estivessem sido arremessadas pela janela -, esperando para ser lavada” (18/03/2013). Neste sentido, faz parecer que os hábitos indígenas remetem ao desleixo, jogar as roupas no chão e deixá-las esperando para serem lavadas é uma descrição preconceituosa sobre os costumes que diferem dos normalmente aceitos pela comunidade regional.

Neste caso, a homenagem ocorre efetivamente por meio do espaço disponibilizado para a fala dos indígenas e da antropóloga Adiles Savoldi, que relaciona a colonização e o mito do desbravador ao preconceito contra os indígenas no oeste catarinense. O jornal, portanto, apenas apresenta as entrevistas e nos poucos momentos que intenta problematizar os traços culturais e a garantia dos direitos indígenas acaba por se contradizer e representá-los de forma preconceituosa.

Na publicação dos dias 08 e 09 de março de 2014, do mesmo modo, a homenagem é feita por meio de entrevistas com indígenas, que relembram a trajetória de Fen’Nó na luta pela recuperação da terra indígena Toldo Chimbanguê, e com Penna Filho, produtor do documentário “*Fendó, tributo a uma guerreira*” (2000), que aborda a trajetória de luta da indígena Kaingang. Nesta notícia, entretanto, o jornal se limita a uma breve descrição sobre sua trajetória, sem qualquer fala contraditória que viesse a representar Ana Fen’Nó de forma negativa.

A trajetória de luta desta indígena é analisada por Adiles Savoldi, em seu artigo “*A força da Fen’Nó: uma dádiva aos Kaingang da terra indígena Toldo Chimbanguê*” (2017), no qual a autora reflete sobre a história da participação feminina Kaingang na luta pelo acesso à terra em Chapecó. Tendo como referência Ana da Luz Fen’Nó, a antropóloga destaca a luta pela garantia dos direitos indígenas, por meio da atuação feminina. Segundo Savoldi, a presença feminina sempre foi constante nas lutas cotidianas, públicas ou privadas, negligenciadas pela história oficial e a história de Fen’Nó reflete a luta que serve de inspiração para condutas, exerce influências e sensibiliza estudantes sobre a causa indígena. (SAVOLDI, 2017, p. 3)

O *Jornal Diário do Iguaçu*, em sua homenagem aos indígenas, aborda um tema que só pode ser encontrado nos anos finais do recorte temporal pesquisado. Do mesmo modo, a disposição de duas páginas para publicação que visa homenageá-los, a realização de

entrevistas com os próprios indígenas e a problematização da origem dos preconceitos associada à disputa pela posse da terra no oeste catarinense, somam um conjunto de características que só podem ser encontradas nas publicações que fazem homenagem aos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indígenas brasileiros possuem em sua trajetória as marcas da discriminação, do preconceito e da desvalorização de seus traços culturais pela sociedade não-indígena, no oeste catarinense, o conflito entre indígenas e agricultores pela posse da terra é fator determinante para as percepções que a comunidade regional possui sobre os indígenas. Estes costumam ser definidos sob o estereótipo da vadiagem, das pinturas corporais, penas, cocares e ocas e quando demonstram utilizar as tecnologias e ferramentas dos não-indígenas são vistos como grupos aculturados, que não estão tentando preservar suas tradições.

O processo de colonização iniciado pelos europeus e seus descendentes desencadeou uma intensa disputa pela ocupação da terra na região, no qual os indígenas foram submetidos à expropriação de seus territórios, sendo impedidos de viver segundo sua cultura e de reproduzir suas tradições, que remetiam aos rituais religiosos, à caça, à pesca e à coleta de víveres disponíveis na natureza. Desde fins do século XX, os indígenas do oeste catarinense têm se mobilizado em prol da recuperação de seus espaços de ocupação tradicional, com isso, se estabelecem relações conflituosas entre eles e a sociedade não-indígena que habita na região.

O *Jornal Diário do Iguaçu*, enquanto parte da produção jornalística do oeste catarinense, está associado aos interesses de seu público leitor e cliente, desse modo, passa a representar seus interesses. Neste sentido, a pesquisa buscou, por meio da análise das publicações, compreender como um periódico de ampla circulação na região representa as populações indígenas que ali vivem.

Após análise do cunho das publicações, chegamos à conclusão de que o jornal os representa como indivíduos aculturados, pois não fazem uso apenas de suas tradições para viver, que disputam a posse de territórios, há muito abandonados por eles, com agricultores, que pagaram pelas terras e possuem escritura das mesmas. Percebe-se, portanto, que as publicações dos primeiros anos do recorte temporal pesquisado representam os indígenas de forma mais preconceituosa, tratando-os como invasores de terras e propriedades particulares, sequestradores de veículos e assassinos cruéis, que trancam estradas e mantêm agricultores em cárcere privado para conseguir a posse sobre as terras que reivindicam.

Outro aspecto presente nas publicações dos primeiros anos do recorte temporal pesquisado são as entrevistas realizadas com agricultores e seus representantes, visando destacar seu sofrimento na disputa pela terra e criticar a política indigenista brasileira, que estaria retirando das terras os agricultores que produzem para inserir os indígenas que não produzem e, portanto, não contribuem para a geração de capital. Estas são representações

comuns nas notícias publicadas em meio aos conflitos pela demarcação de terras tradicionais indígenas.

Ao contrário do que acontece com os agricultores, os indígenas possuem pouco espaço de fala nas publicações, suas reivindicações, portanto, geralmente são abordadas por meio de representantes da Funai ou pessoas ligadas à sua defesa. Mesmo quando os indígenas podem ser entrevistados para tratar de suas apresentações culturais e palestras sobre seu modo de vida, o jornal dá preferência aos não indígenas. Para o periódico, os não-indígenas possuem mais legitimidade para falar sobre os indígenas do que eles mesmos.

As charges sobre os indígenas estão inseridas neste espaço temporal, no qual destaca-se a produção de desenhos que os definem sob diversos estereótipos, ou seja, eles são reduzidos a indivíduos violentos, de traços rudes, que andam seminus e cheios de pinturas corporais, assim como buscam receber benefícios sem precisar trabalhar e tomar posse da terra dos agricultores.

Com a recuperação de parte destes territórios e a procrastinação e estagnação dos processos de demarcação de outros, diminuiu-se a intensidade dos conflitos, que antes haviam sido motivo de violência física e mortes, entretanto, as disputas deixaram um legado de hostilidade nas relações entre os indígenas e maior parte da comunidade regional. Desse modo, a representação que o jornal atribui aos indígenas nas publicações dos últimos anos do recorte temporal pesquisado não deixa de ser negativa, mas se apresenta de forma mais velada. Se apresenta até mesmo nos momentos de homenagem aos indígenas, nos quais seus hábitos cotidianos são descritos de forma a parecer que são desleixados e nada higiênicos, principalmente quanto à limpeza de suas roupas.

Do mesmo modo, as publicações que tratam das problemáticas indígenas e de sua inclusão social são apresentadas sob um viés de preocupação que o jornal e a sociedade teriam no que tange à manutenção da cultura indígena e à garantia de seus direitos, entretanto, ficam nítidos o preconceito e a falta de conhecimento sobre os aspectos fundamentais concernentes à cultura indígena, especialmente as publicações que tratam das soluções para problemáticas indígenas, como a violência em espaços urbanos e a demarcação de terras, nos quais as sugestões do periódico contrariam os hábitos culturais indígenas.

A imprensa escrita, enquanto meio de comunicação de massa, possui importante papel na divulgação de notícias e o cunho destas notícias visa representar ou agradar seu público leitor. A disputa pela posse da terra na região oeste de Santa Catarina implica em relações conflituosas entre indígenas e não-indígenas e a representação negativa que o periódico pesquisado atribui a este grupo étnico específico possui íntima ligação com tais relações. O

Jornal Diário do Iguaçu demonstra sua defesa aos agricultores por não reconhecer os direitos indígenas na demarcação de seus espaços de ocupação tradicional, considerando, portanto, ilegítimas as reivindicações destas populações de cultura diferenciada.

BIBLIOGRAFIA

Fonte:

Jornal Diário do Iguaçu. Chapecó. RedeComSC, 2001-2017.

BRIGHENTI, C. A. **Estrangeiros na própria terra**: presença Guarani e Estados Nacionais. Florianópolis: EdUFSC; Chapecó: Argos, 2010. 282 p.

BURKE, P. **O que é história cultural?** 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 215 p.

CARBONERA, M; LINO, J. T; ONGHERO, A. L. Um passado distante, um patrimônio presente: o povoamento pré-colonial de Chapecó. In: CARBONERA et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. Chapecó, SC: Argos, 2017. p. 19-58.

CARNEIRO, M. C. Política indigenista no século XIX. In: _____ **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

COELHO, F. As charges e suas potencialidades como fonte histórica. In: XIII Encontro Regional de História. **ANPUH- MS**. Coxim/MS, 2016. 13 p. Disponível em: <http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478183576_ARQUIVO_TextoCompleto-ANPUH-2016-AsChargesesuasPotencialidadescomoFontesHistoricas.pdf> Acesso em: abril, 2018.

D'ANGELIS, W. R. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó v. 19, n. 23. p. 265- 343, 2006. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/2106/1196>> Acesso em: abril, 2018.

D'ANGELIS, W. R; FOKÂE, V. F. Toldo Imbú. O cacique Condá, os índios do Xapecó e as terras do Imbú. **Cadernos do CEOM** - Série Documento, n. 3. Chapecó: UNOESC, 1994. Disponível em: <<http://www.portalkaingang.org/Downloads/imbu.pdf>> Acesso em: novembro, 2018.

DMITRUK, H. B. Repensando os discursos e imagens sobre os indígenas. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó, v. 17, n. 18, p. 261-298, 2003. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2225/1307>> Acesso em: outubro, 2017.

FACCO, J.; LEMES, L. A.; PIOVEZANA, L. O índio, a aldeia e o urbano na formação socioespacial de Chapecó (SC). In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó, v. 21, n. 29, p. 183 -205, 2008. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/334/174>> Acesso em: maio, 2018.

- FERNANDES, R. C. Protagonistas e mediadores: Indígenas e Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai. **Revista Campos**. Curitiba-PR, 2014. p. 115-129. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42479/25831>> Acesso em: novembro, 2018.
- FERNANDES, R. C.; PIOVEZANA, L. Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, v. 18, n. 2. São Paulo/SP, 2015. p. 115-132. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2015000200008&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: novembro, 2018.
- COSTA, R. W. N. Todo dia é dia de índio. In: FREITAS, G. J. *et al.* **Respeitar as diversidades e combater as desigualdades**. Fascículo 2. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2009. p. 23-38. Disponível em: <www.vdl.ufc.br/humanas/Data%5CSites%5C1%5CDia%20de%20Índio%20FINAL.pdf> Acesso em: outubro, 2018.
- GIARETTA, J. A. **A formação da Terra Indígena Toldo Pinhal nos anos 1980 e 1990**. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1263/1/GIARETTA.pdf>> Acesso em: maio, 2018.
- HALL, S. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. 260 p.
- LANGER, P. P; CEMIN, V. Conflitos étnicos no Oeste de Santa Catarina: diáspora e reagrupamento no Araçá. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó, v. 17, n. 18, p. 243-260, 2003. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2224/1306>> Acesso em: outubro, 2017.
- LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. 120 p.
- LINO, J. T. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, J. C; VALENTINI, D. J; ZARTH, P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2015. p. 92-108.
- LUCA, T. R. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, C. B. (org). **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.
- NACKE, A. *et al.* **Os Kaingang no oeste catarinense**: tradição e atualidade. Chapecó: Argos, 2007. 158 p.
- NEGRI, F. L.; BIASI, A. S. H. As políticas públicas para as populações indígenas: a experiência em Chapecó. **Congresso Catarinense de Assistentes Sociais**. Florianópolis/SC, 2013. 10 p. Disponível em: <<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/As->

pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-as-popula%C3%A7%C3%B5es-ind%C3%ADgenas-a-experi%C3%AAncia-em-Chapec%C3%B3.pdf> Acesso em: novembro, 2018.

PEREIRA, J. A. O. A cultura jornalística do interior: experiências em periódicos impressos do oeste de Santa Catarina. In: **VIII Encontro Nacional de História da Mídia**. Unicentro, Guarapuava/PR. 2011. 15 p.

PIOVEZZANA, L; FACCO, J; ONGHERO, A. L. Indígenas em Chapecó: resistência centenária. In: CARBONERA, M. *et al.* (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó, SC: Argos, 2017. p. 159-180.

PROST, A. A história se escreve. In: _____ **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 235-252.

RADIN, J. C; VICENZI, R. A colonização em perspectiva no centenário de Chapecó. In: CARBONERA, M. *et al.* (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó, SC: Argos, 2017. p. 59-106.

ROCHA, D. S. “**Tensão contínua no oeste**”: história e representações da disputa de terra em Sede Trentin/Toldo Chimbanguê nas páginas de *O Estado* (1982-1985). 227 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

ROSA, H. A; NÖTZOLD, A. L. V; BRINGMANN, S. F. **História e cultura indígena: a força da lei sobre a diferença**. 2013. XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH – Brasil. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364517227_ARQUIVO_HistoriaeCulturaIndigena-aforcadaleisobreadiferenca.pdf> Acesso em: outubro, 2017.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 501 p.

SPOSITO, F. Liberdade para os índios no Império do Brasil. A revogação das guerras justas em 1831. **Almanack**. São Paulo, n.1, p.52-65. ISSN 2236-4633, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332011000100052&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: maio, 2018.

TOMMASINO, K.; ALMEIDA, L. K. Territórios e territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. **Cadernos Uninter**, v. 19, n. 2. Londrina/PR, 2014. p. 18-42. Disponível em: <<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/view/793/721>> Acesso em: novembro, 2018.

ANEXOS

ANEXO A: Publicação sobre crime envolvendo indígenas

Fevereiro de 2005
6006
849-D
stôvão
cô/SC
APECO

Quinta-feira, 3 de fevereiro de 2005

Geral

DIÁRIO DO IGUAÇU 9

INVESTIGAÇÃO

Ministério Público Federal denuncia envolvidos na morte de sindicalista

Denúncia sobre os envolvidos no homicídio de Olíces Stefani foi baseada nas investigações realizadas pela Polícia Federal, da delegacia de Chapecó

Abelardo Luz - Depois de 11 meses e meio transcorridos do assassinato do sindicalista Olíces Stefani, de Abelardo Luz, o Ministério Público Federal, com base nas investigações da Polícia Federal da Delegacia de Chapecó, denunciou na terça-feira as pessoas envolvidas no crime. O sindicalista foi morto na madrugada de 16 de fevereiro, quando se deslocava até sua propriedade, no interior de Abelardo Luz. Na época, além do homicídio do sindicalista, outros agricultores do município foram mantidos como reféns na reserva indígena de Toldo Embú.

As investigações sobre o fato ficaram sob responsabilidade do delegado da PF Luiz Carlos Alminhaha, que, no dia 23 de dezembro de 2004, enviou o inquérito para a justiça, com o nome de 11 pessoas envolvidas, algumas pelo homicídio, outras pelo cárcere privado e outras por transportar e manter armamentos sob guarda. Dos denunciados, cinco são pelo crime de homicídio. Segundo o delegado responsável pelas investigações, todos os nomes denunciados são do município de Abelardo Luz.

Após a denúncia do Ministério Público, todas as pessoas que foram indiciadas serão ouvidas novamente, com nova coleta das provas. Após todos serem ouvidos, o Ministério Público decide quem será levado a júri.

Conforme o delegado Alminhaha, durante as investigações o que foi levantado é que o sindicalista não foi morto em uma emboscada. Na época do crime havia boatos pela cidade de que indígenas iriam invadir áreas de terra e o sindicalista se deslocou até a propriedade para verificar. Entretanto, quando estava a caminho para a fazenda, chegou em uma barreira e foi morto. Minutos depois, os demais agricultores chegaram e foram rendidos, ficando detidos como reféns.

Na época do crime, grande parte dos moradores de Abelardo Luz ficou revoltada com o acontecido. Vários protestos foram realizados para pedir a prisão dos envolvidos no crime.

MANIFESTAÇÃO Protesto realizado por entidades no dia 20 de fevereiro de 2004



Passe momentos agradáveis com sua família...
FAÇA AGORA SUA RESERVA PARA SUAS FÉRIAS DE VERÃO

MOTEL IRAI

- Restaurante
- Piscina
- Apartamentos Padronizados
- Desligue com luz
- Cancha de Basquete
- Área verde
- Suíte
- Sala de Jogos
- Benfeitorias de Hidromassagem

Fone: (55) 3745-1111

www.hotelirai.com.br

Avenida Flores da Cunha, 431 - Irai - RS

(Jornal Diário do Iguazu, 03/02/2005)

ANEXO B: Publicação sobre apresentação cultural em comemoração ao Dia do Índio

CULTURA

Geral

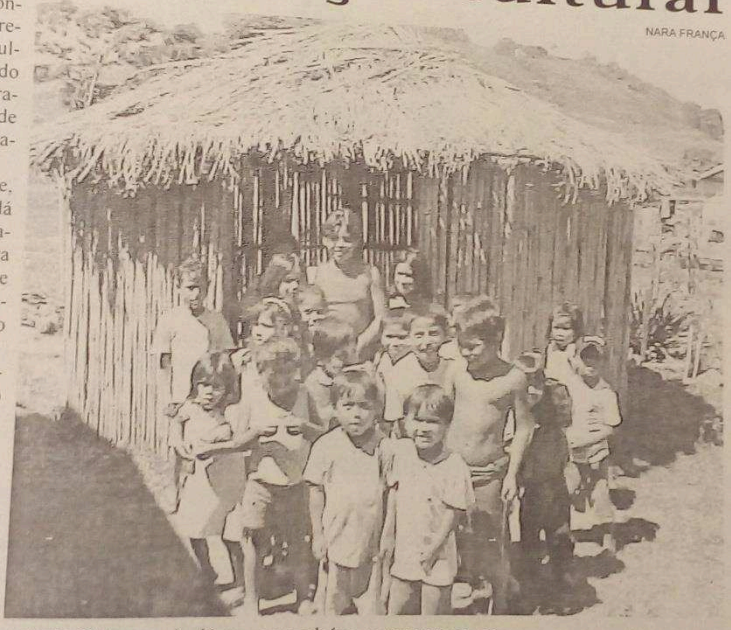
Índios comemoram dia com apresentação cultural

Indígenas da Aldeia Condá, no interior de Chapecó realizam hoje apresentação cultural, comemorando o Dia do Índio. No evento, será cobrado ingresso, para aquisição de alimentos às famílias acampadas.

A partir das 9h30 de hoje, 20 indígenas da Aldeia Condá estarão realizando apresentações culturais e palestras para alunos das escolas da rede municipal de ensino. O evento acontece no auditório do Sindicato dos Bancários.

Homens, mulheres e crianças indígenas aproveitarão o dia para mostrar sua cultura, através de dança, artesanato, cultivo de ervas e o alfabeto Kaingang. Durante a apresentação, estarão respondendo as perguntas dos estudantes. O ingresso será um real, para compra de cestas básicas aos indígenas acampados na localidade de Praia Bonita.

ARTE Crianças indígenas também apresentam-se



NARA FRANÇA

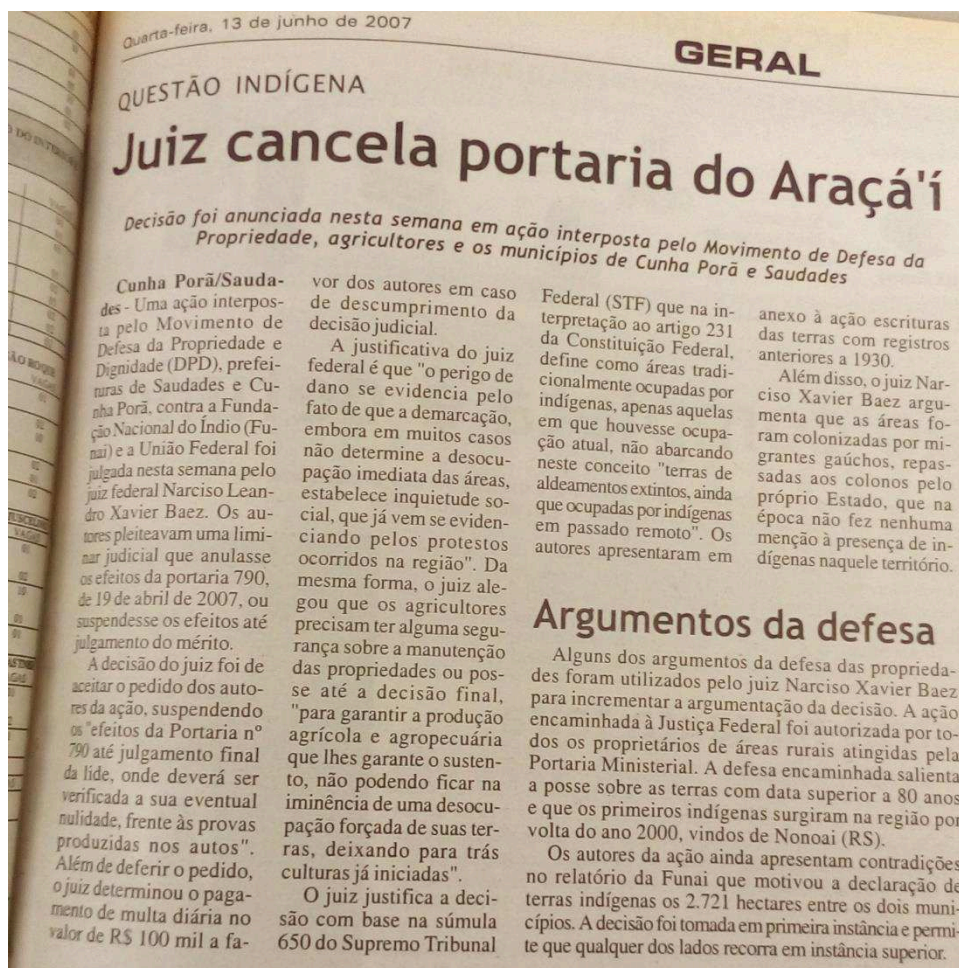
(Jornal Diário do Iguazu, 19/04/2001)

ANEXO C: Publicação sobre conflito por terra entre indígenas e agricultores em Ipuacu



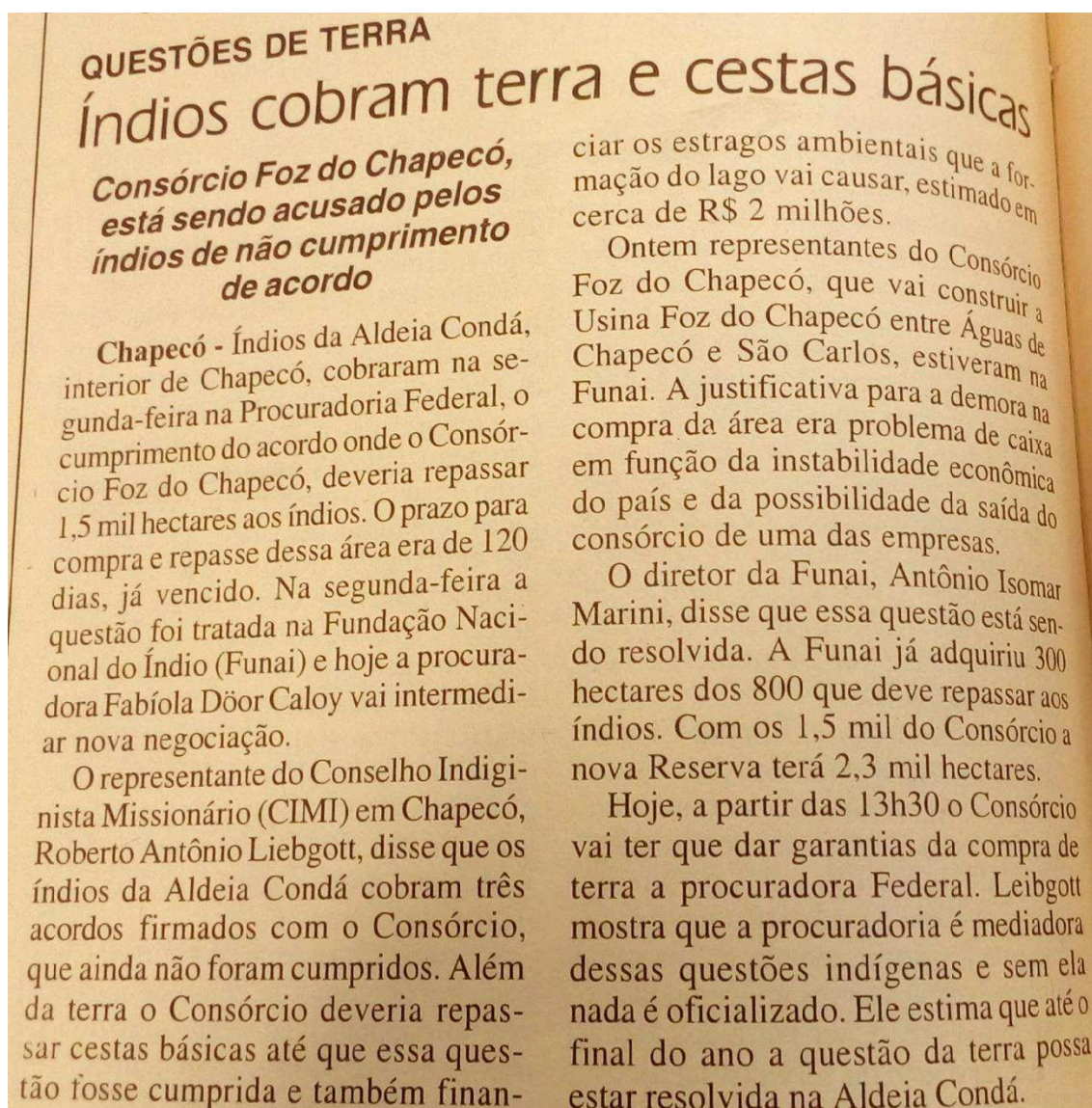
(Jornal Diário do Iguacu, 05/09/2001)

ANEXO D: Publicação sobre disputa por terra em Cunha Porã e Saudades



(Jornal Diário do Iguacu, 13/06/2007)

ANEXO E: Publicação sobre questão de terra entre Consórcio Foz do Chapecó e Aldeia Condá



(Jornal Diário do Iguaçu, 22/05/2003)

ANEXO F: Publicação sobre disputa por terra em Arvoredo e Seara

Quarta-feira, 26 de fevereiro de 2003

ÍNDIOS/AGRICULTORES

Geral

Prefeitos vão à Brasília para defender os agricultores

A intenção é defender as propriedades agrícolas dos municípios de Arvoredo e Seara, que podem ser decretadas como terras indígenas. A audiência acontece hoje, às 14h, com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos

Arvoredo/Seara - O prefeito de Seara, Flávio Ragagnin, vice-prefeito de Arvoredo, Neuri Meneguzzi e os assessores jurídicos das prefeituras dos dois municípios, Paulo Bortolini e Vilson de Souza, respectivamente, embarcam hoje para Brasília, onde deverão encontrar-se com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, às 14h, no Ministério da Justiça. A informação foi repassada ontem pela manhã pelos prefeitos dos dois municípios.

Os prefeitos vão apresentar dados referentes ao potencial agrícola das propriedades rurais dos dois municípios com intuito de defender a atividade agrícola do possível arrendamento de áreas para os índios. Oito comunidades do interior dos municípios de Seara e Arvoredo poderão ser decretadas como terras indígenas em virtude de um estudo feito ainda no ano de 96, quando foi determinado que 880 hectares de terras entre os dois municípios seria de posse de índios (atualmente Toldo Pinhal). No decreto, constou também que, futuramente poderia haver ampliação na área indígena. Agora, após estudo concluído pela Funai em dezembro do ano passado, mais cerca de quatro mil hectares deverão juntar-se ao Toldo Pinhal.

Os trabalhos de estudos das propriedades foi encaminhado a diretoria de assuntos fundiários da Funai, em Brasília e aguarda pelo seu deferimento.

Ragagnin e Meneguzzi colocam que a retirada de agricultores das comunidades vai afetar economicamente os municípios, diminuindo 20% do movimento econômico tanto de Seara quanto de Arvoredo.

Caso ocorra a determinação de que as terras passem a fazer parte da área indígena, 280 famílias ficarão sem lugar para morar. "Não temos estrutura para levar estas pessoas a residir em outro local", diz o prefeito de Seara. Seis comunidades searaenses foram estudadas pela Funai, que são Nova Brasília (15 proprietários), Linha Pinhal (55), linha Verde (6), Rosário (43), Gramado (15) e Lajeado Forte (17). Já em Arvoredo, as comunidades possíveis de tornarem-se área indígena são Chapada (54 proprietários) e Nossa Senhora da Saúde (26).

Além da preocupação dos agricultores perderem o que lhes pertence, Ragagnin coloca que a Funai não vai indenizar os agricultores pelas terras, somente pelas benfeitorias. "Os produtores rurais compraram as terras, possuem escritura, criaram seus filhos nestes locais e agora não podem sair sem serem indenizados", reclama Ragagnin. O prefeito de Arvoredo, Ailton Cauduro, comenta que muitos agricultores fizeram suas vidas nestas comunidades e residem há mais de 70 anos nestes locais. "Vamos defender o direito de propriedade ao agricultor", diz Cauduro. Para os dois prefeitos do município, os novos indígenas que pretendem viver nestas comunidades agrícolas deveriam viver pacificamente no Toldo Pinhal. O novo pedaço de terra reclamado junto ao governo deverá abrigar cerca de 30 famílias de índios, em torno de 120 pessoas. Segundo Ragagnin, nos 900 hectares de terra do Toldo Pinhal devem existir hoje cerca de 26 famílias indígenas.

O prefeito de Arvoredo informa que além do apoio aos agricultores do município, a viagem servirá também para que o município reivindique junto a Ministérios do governo, recursos para construção da praça pública, solicitação de um veículo para transporte escolar e mais R\$ 40 mil para pavimentação da rua Primeiro de Maio.

(Jornal Diário do Iguçu, 26/02/2003)

ANEXO G: Publicação sobre disputa por terra em Sede Trentin

Quarta-feira, 29 de junho de 2001

Sede Trentin

Terras dos colonos devem ser mesmo desapropriadas aos índios

Até o próximo dia 5 de julho será definida a desapropriação de mais 73 propriedades rurais em Sede Trentin, interior de Chapecó

Chapecó - O ministro da Justiça José Gregório deve assinar, dia 5 de julho, a desapropriação de toda a extensão de terra de Linha Seica, que abrange a costa do rio Itari à divisa com o Distrito de Água Amarela, aos índios Kaingang. A informação é de uma das filhas do colonizador de Sede Trentin, Giocondo Trentin. Inclusive, esta semana, Leonilda Trentin, junto com os quatro irmãos herdeiros, assinou documento liberando três alqueires e meio de terra aos indígenas, até que saia a definição da área desapropriada. "Queremos evitar morte em Sede Trentin, porque não foi para isso que meu pai comprou toda aquela área, e depois colonizou", justificou Leonilda.

Ela disse acreditar que tomou a melhor decisão, em relação ao conflito instalado entre índios e colonos. "O Cacique Idalino Fernandes me procurou, e resolveu-me ceder terra para eles, já que hoje ninguém mais vive em paz em Sede Trentin", relata a filha do colonizador de Sede Trentin, que considera muito mais importante a vida de quem um pedaço de terra. Foi ela, também, que confirmou que, no próximo dia 5 de julho, o ministro da Justiça José Gregório assina o documento desapropriando a reserva indígena Toldo Chimbangue. "Com a notícia 400 famílias Kaingang, de Nonoai, no Rio Grande do Sul estão à espera do chamado, para também viverem na reserva".

Quanto à reclamação de mais de 30 famílias agricultoras exigindo indenização das terras, comenta Leonilda Trentin que "em 1986, pelo que sei, as terras desapropriadas, naquela localidade, foram indenizadas. A partir daí, o mais justo é o governo indenizar a todos nós, que evitamos conflitos", argumenta a proprietária.

ÍNDIOS Kaingang receberão mais terra, em Sede Trentin

COLONOS Famílias agricultoras exigem direitos

CONSTITUIÇÃO: REFORMA

CONTEMPORÂNEO
Centro Educacional

CONTEMPORÂNEO E DIÁRIO DO IGUAÇU FAZEM A CAMPANHA DE RETORNO ÀS AULAS

Você que não terminou o 2º GRAU RECORTE ESTE ANÚNCIO, e terá desconto de R\$ 15,00 em cada uma das 3 primeiras mensalidades, para o 2º SEMESTRE/2001.

Ligue 0XX 493232143, para mais informações

Sobre a campanha do Amigo Contemporâneo - Centro Educacional

AV. GETÚLIO VARGAS 246N 1º ANDAR - CHAPECÓ/SC

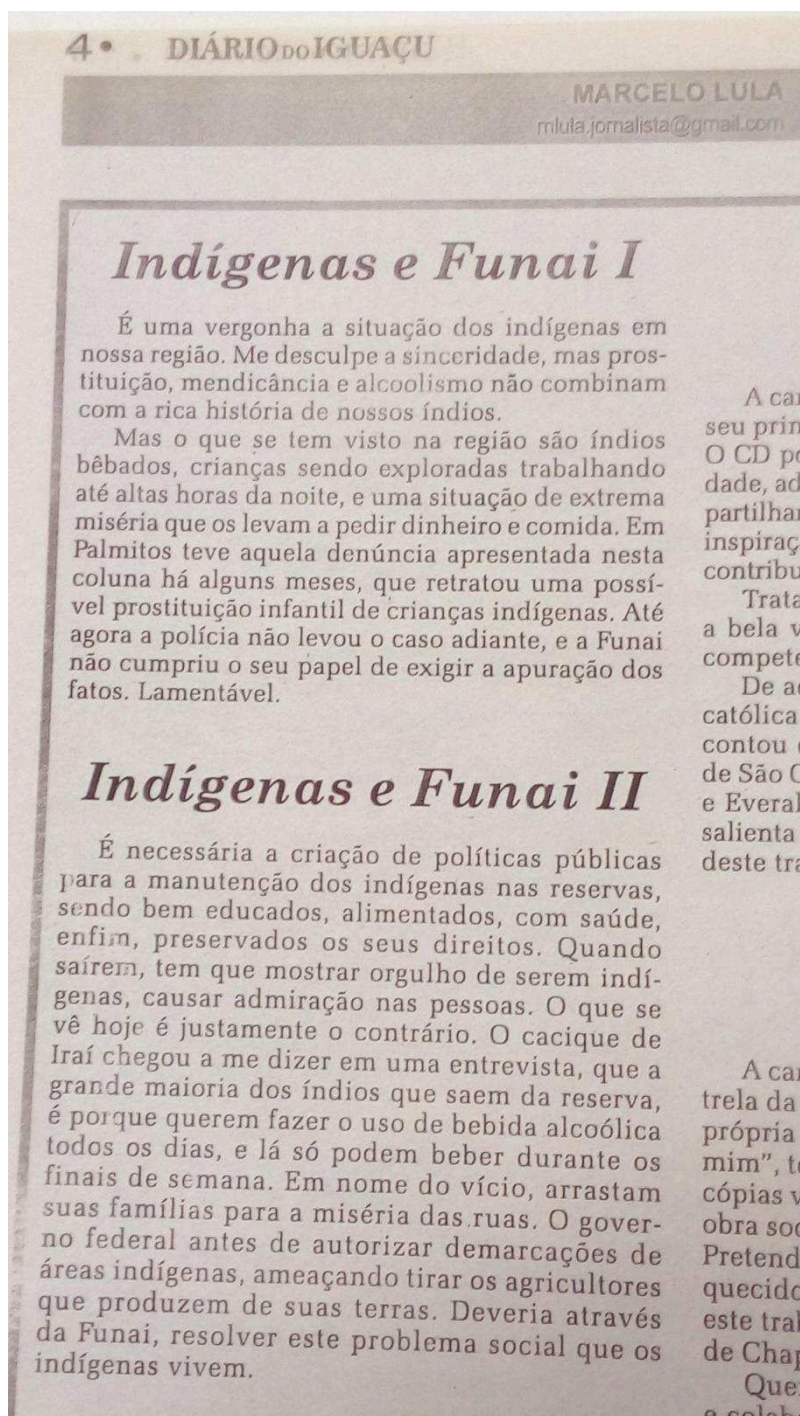
ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Chapecó
1ª Vara Cível
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DO EDITAL: 20 (vinte) dias

O (A) Doutor(a) André Luiz Lopes de Souza, Juiz(a) de Direito,

FAZ SABER a SEMENTES COAVIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/ME sob nº 02.589.707/0001-00, representada pelos Srs. Antonio Wilbrantz e Elcio Wilbrantz, os quais se encontram em local incerto e não sabido que, neste Juízo de Direito, situado à Rua Filipinas, 300-D, Bairro Passo dos Fortes, Chapecó - SC, tramita Ação de Depósito em que HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO, move contra SEMENTES COAVIL LTDA, registrada sob nº 18.000.004284-3. Assim, fica a Vossa Excelência CITADA para comparecer em audiência de conciliação e julgamento, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação deste Edital.

(Jornal Diário do Iguçu, 29/06/2001)

ANEXO H: Publicação sobre indígenas no espaço urbano do oeste catarinense



(Jornal Diário do Iguaçu, 21/01/2011)

ANEXO I: Publicação em homenagem a indígena Ana da Luz Fen'Nó

16 DIÁRIO DO IGUAÇU Geral SÁBADO/DOMINGO, 8 E 9 DE MARÇO DE 2014

HISTÓRIA DE VIDA

Índia morre aos 115 anos

Ana da Luz Fendó era considerada uma biblioteca viva sobre a aldeia e a trajetória dos Kaingang. Ela faleceu quinta-feira e era considerada a mulher mais velha da aldeia e uma das mais velhas de Santa Catarina

Vinícios Ranzan

Chapecó – Este dia da mulher também é dia de luta para a comunidade indígena Toldo Chimbanguê de Chapecó. A mulher mais velha da aldeia, a líder indígena Ana da Luz, chamada de "Fendó" pelos Kaingang, faleceu na última quinta-feira (6), com 115 anos de idade, após passar três dias internada no Hospital Regional do Oeste.

Ela nasceu e morava na aldeia, onde foi símbolo da luta do povo Kaingang, especialmente na reconquista do território tradicional do Toldo Chimbanguê. "Ela foi a personagem mais importante na luta dos Kaingang na conquista do território deles. Ela teve importância fundamental quando os índios começaram a se articular, ela teve muitas audiências com autoridades públicas em busca da demarcação das terras. A Ana da Luz passou por todo o sofrimento de quando os índios foram expulsos pelos colonizadores, no início do século passado", conta o coordenador da regional Sul do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Jackson Santana.

A história da aldeia Toldo Chimbanguê é contada, principalmente, com base na trajetória de Fendó. Desde o ano passado, a comunidade havia decidido homenagear a líder indígena durante a programação especial realizada anualmente em abril, depois do Dia do Índio.

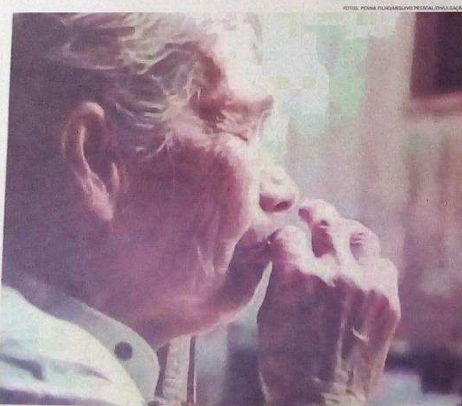
Durante os 115 anos que viveu, Ana da Luz Fendó Fortes teve dez filhos – dois já falecidos. "Ela não queria que os filhos dela passassem pelo sofrimento que ela passou. Mas eles continuam na luta e recuperando a história dela e da aldeia", complementa Jackson.

Segundo o neto de Fendó, Mário Antunes, ela era um dos troncos de sustentação da comunidade. "Lá se vai nossa mãe guerreira. Sentirei saudade de suas visitas na minha casa, onde me contava como era antigamente. Hoje fecho as portas de uma biblioteca viva, mas jamais vou esquecer os conhecimentos que obtive dela", lamenta o neto.

Fendó, tributo a uma guerreira

A trajetória de Ana da Luz foi retratada em um vídeo documentário, produzido em 2000, por Penna Filho. O filme foi premiado como melhor vídeo educativo no mesmo ano no I Festival da Terra, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), além de receber Menção Honrosa no 7º CineEco, na cidade de Serra da Estrela, em Portugal, no ano seguinte.

O autor resalta a participação da indígena na recuperação das terras e conta ainda que o filme circula em estudos e debates sobre a questão indígena nos meios universitários. "O vídeo foi exibido em Chapecó para mais de 400 pessoas na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoes), com a presença da própria Ana da Luz, já bem velhinha", conta Penna Filho.



LÍDER Fendó foi uma das principais personagens na luta pela demarcação das terras indígenas e virou personagem de filme no ano de 2000

(Jornal Diário do Iguazu, 08 e 09/03/2014)

ANEXO J: Publicação sobre reivindicação indígena em Toldo Chimbanguê

Sábado/Domingo, 28/29 de abril de 2001

SAÚDE

Instalado atendimento médico em Toldo Chimbanguê

Através de convênio com a Funasa (Fundação Nacional da Saúde), os indígenas de Toldo Chimbanguê, interior de Chapecó, passam a receber atendimento especial

Foi realizada, ontem pela manhã, solenidade de instalação do posto de Saúde da Família na Reserva Indígena Toldo Chimbanguê, em Sede Itrenin, interior de Chapecó. Participaram do evento, junto com a secretária da Saúde de Chapecó, Marlene Possan Fochiari, o prefeito em exercício Pedro Uezai, o administrador regional da Unai, João Ozelame, além de representantes da Funasa (Fundação Nacional da Saúde) e secretarias municipais.

Com a inauguração de ontem, a partir de agora, os indígenas de Toldo Chimbanguê recebem prestação de serviços diretamente de um médico, um enfermeiro, uma auxiliar de enfermagem e uma agente comunitária. "Trata-se do primeiro Posto de Saúde da Família numa reserva indígena em Santa Catarina", destacou a secretária Marlene Possan Fochiari.

Segundo ela, "já viamós prestando atendimento aos indígenas, mesmo antes de termos assinado o convênio com a Funasa, que repassará a secretaria, mensalmente, R\$ 10 mil". O cativeiro da reserva, Idalmo Fernandes, destacou a presença da banda do 2º Batalhão da Polícia Militar. "Pela primeira vez, uma banda vem tocar na nossa aldeia. Agradecemos por isso", disse o cacique.

O prefeito em exercício lembrou a atuação na Assembleia Legislativa, "onde apresentamos projetos de solidariedade aos índios", afirmou Pedro Uezai. Segundo ele, a instalação do Posto de Saúde da Família representa "direito adquirido pelos indígenas, cidadãos que merecem todo nosso respeito".

SOLENIDADE Autoridades inauguraram o posto em Toldo Chimbanguê

uma banda vem tocar na nossa aldeia. Agradecemos por isso", disse o cacique.

O prefeito em exercício lembrou a atuação na Assembleia Legislativa, "onde apresentamos projetos de solidariedade aos índios", afirmou Pedro Uezai. Segundo ele, a instalação do Posto de Saúde da Família representa "direito adquirido pelos indígenas, cidadãos que merecem todo nosso respeito".

PUBLICO Adultos e crianças da reserva participaram da inauguração

ASSOCIAÇÃO MÉDICA defende utilização de medicamentos genéricos

Atualmente já existem em farmácias de Chapecó mais de 150 medicamentos genéricos à disposição dos consumidores e todos os meses são aprovados novos. No entanto, é preciso que o número de genéricos disponíveis no mercado. A Associação Médica Regional Oeste Catarinense (Amec) defende a maior utilização desse tipo de medicamento.

Assim, a entidade recomenda aos médicos que mantenham em seus consultórios a lista atualizada dos genéricos aprovados. Na listagem, os médicos podem consultar o site do Ministério da Saúde ou solicitar a secretária da Amec ou ao Farmácia, que devem ter uma lista disponível para consulta aos pacientes.

A partir de maio os medicamentos genéricos deverão ser vendidos com uma faixa amarela, além da indicação visível da lista. Essa é uma medida que servirá como auxílio para o consumidor na hora da compra, entende o presidente da Amec, José Aymone Neto. Por um período, o consumidor irá encontrar nas farmácias os dois tipos de embalagens, com a faixa amarela e a forma antiga, que traz impressa a frase "Medicamento genérico, conforme a lei nº 9.787/99".

O dirigente da Associação Médica Regional destacou a confiabilidade dos genéricos. Argumenta que antes de serem aprovados passam por testes de bioequivalência e pela disponibilidade, que avaliam a composição e reação no organismo. Dessa forma, os genéricos têm o mesmo efeito que o medicamento de marca.

A diferença de preço entre os medicamentos genéricos e de marca é bastante significativa. Entre os exemplos citados pelo presidente da Amec, o medicamento de marca "Mebenzol" (100g) em comprimido, que é vendido por R\$ 5,14 enquanto o genérico é encontrado por R\$ 1,50. Outro exemplo é o creme Aciclovir, vendido por R\$ 15,12 enquanto o genérico custa R\$ 8,25. Já o Catalfan custa R\$ 13,03 enquanto o genérico R\$ 7,18.

Departamento de fiscalização atende em novo endereço

PRESTÍGIO Banda do 2º BPM tocou o

DIÁRIO DO IGUAÇU

FUNDAÇÃO DE ENSINO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE

Edital Nº 001/Fundeste/2001

O presidente da Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste - Fundeste, de acordo com suas atribuições estatutárias, faz saber, através do presente edital, que está aberto o prazo para que as entidades que compõem a Assembleia Geral e o Conselho Curador da FUNDESTE, indiquem de seus representantes, na forma da Lei nº 13.882 e 2º e 3º e art. 21, § 1º do Estatuto, conforme abaixo especificado:

1. DO OBJETO DO PRESENTE EDITAL

O objeto do presente edital é o preenchimento das vagas dos representantes das entidades que compõem a Assembleia Geral e o Conselho Curador da Fundeste, sendo:

ASSEMBLEIA GERAL

I - Por dois representantes dos Profissionais Liberais atuantes no Município de Chapecó;

II - Pelo Prefeito Municipal de Chapecó;

III - Por um representante da Câmara de Vereadores do Município de Chapecó;

IV - Por um representante da Associação Comercial e Industrial de Chapecó - Acioc;

V - Por um representante da entidade que congrega todos os Conselhos Comunitários de Chapecó ou por um representante dos próprios Conselhos Comunitários;

VI - Por um representante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - Amoc;

VII - Por um representante dos Conselhos Municipais de Chapecó;

VIII - Por dois representantes da comunidade sindical patronal de Chapecó;

IX - Por dois representantes da comunidade sindical dos trabalhadores de Chapecó;

CONSELHO CURADOR

I - Por um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Chapecó;

II - Por um representante da Prefeitura Municipal de Chapecó;

III - Por um representante da Câmara de Vereadores de Chapecó;

IV - Por um representante da Prefeitura Municipal de Chapecó;

V - Por um representante da delegacia do Conselho Regional de Contabilidade de Chapecó;

VI - Por um representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

2. DO PRAZO

As entidades deverão encaminhar a minuta de seus respectivos atos até o dia 21 de maio de 2001, mediante especificação endereçada ao Presidente da Fundeste, no seguinte endereço: Rua São Antônio Fontana 593-E, Cep 89809-000, Caixa Postal 367, na cidade Chapecó/SC.

3. DO MANDATO

O mandato dos representantes da ASSEMBLEIA GERAL terá de 03 (três) anos e dos representantes do CONSELHO CURADOR, de 02 (dois) anos.

4. DO PROCESSO DE ESCOLHA

Cada entidade representativa terá autonomia no processo de

(Jornal Diário do Iguazu, 28 e 29/04/2001)

ANEXO K: Publicação sobre inclusão indígena por meio de financiamento habitacional para indígenas

MINHA CASA MINHA VIDA

Índios beneficiados

Caixa assina primeiros contratos e construções ficarão prontas em 12 meses



CONTRATOS Assinatura marca o início de um sonho nas comunidades indígenas da região

Chapecó – Para os índios de três aldeias da região, a tarde ontem ficará na história. Isso porque a Caixa Econômica Federal assinou os primeiros contratos indígenas no estado do programa Minha Casa Minha Vida. Ao todo, serão 89 moradias construídas no próximo ano, pagas quase que em totalidade pelo governo federal.

Através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o investimento está estimado em R\$ 2,1 milhões. Segundo o superintendente regional da Caixa, Ricardo Troglio, as casas, construídas em forma de mutirão, serão de alvenaria, com área total de 42m², tendo como custo unitário o valor de R\$ 25 mil. Além disso, todas as unidades terão caixa d'água com capacidade para 500 litros, tratamento de esgoto com fossa séptica e sumidouro e instalações elétricas.

O projeto inicial foi organizado pela Cooperativa de Habitação Indígena da Região Sul (COOPHIRS), e segundo seu presidente, Leomar Douglas Ribeiro, vem a atender a necessidade da população. Das comunidades existentes na região Oeste, serão beneficiadas no primeiro momento 24 famílias da aldeia Toldo Chimbanogue e 38 da aldeia Kondá, ambas situadas no município de Chapecó, e mais 27 famílias da aldeia Palmas de Abelardo Luz.

Os requisitos para a participação no programa são os mesmos destinados aos agricultores: até R\$ 15 mil de renda anual. Conforme Troglio, como os índios acabam trabalhando no campo para o seu próprio sustento, todos têm a possibilidade de participar.

Celso Pinto e sua esposa, Adelaide, moradores da aldeia Kondá, foram os primeiros a assinar o contrato para a sua residência. Com quatro filhos na família, eles moravam há anos em um chiqueirão de porcos abandonado. “Esperávamos fazer tempo por essa oportunidade de ter

nossa casa, a emoção é grande”, disse o pai de família.

Como contrapartida, Celso e o restante dos índios contemplados deverão pagar nos próximos quatro anos, prestações anuais que correspondem a 1% do valor total do imóvel. “O valor é pequeno, conseguimos nos organizar”, complementa o primeiro a assinar o contrato.

PROJETO NOVO

Na mesma ocasião, a COOPHIRS apresentou um novo projeto, que prevê a construção de mais 98 moradias. Estas por sua vez devem contemplar a comunidade indígena Xapécó, no município de Iguatçu. As casas terão as mesmas características das atuais e o projeto será analisado pela Caixa na próxima semana. “Se tudo estiver em ordem, em até 60 dias poderemos assinar novos contratos”, explica Troglio.

OS NÚMEROS

Na região Oeste, até outubro de 2012, através do PNHR, foram assinados contratos para 2.529 residências, o que corresponde a um investimento de 50,1 milhão. Já no programa Minha Casa Minha Vida completo, que contempla população urbana e rural, já estão concluídas ou em fase de construção 13.184 moradias, correspondendo a R\$ 860 milhões.

Auditoria e Gestão Contábil

(Jornal Diário do Iguatçu, 15/11/2012)